



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Preposições introdutoras de orações infinitivas

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística
Linha de Pesquisa – Gramática Teoria e Análise

Daniel de Brito Machado

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima Salles

Brasília - DF, 2013



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Preposições introdutoras de orações infinitivas

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística
Linha de Pesquisa – Gramática Teoria e Análise

Daniel de Brito Machado

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima Salles

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE em Linguística.

Brasília – DF
2013

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles - UnB

Orientadora

Prof. Dra. Patrícia Rodrigues – UFPR
Membro Externo

Profa. Dra. Helena Guerra Vicente – UnB
Membro Interno

Profa. Dra. Eloisa Pilati – UnB
Suplente

Dedicatória
Para meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, que sempre me apoiaram na minha escolha de estudar linguística e dedicar anos à pesquisa acadêmica. Agradeço aos vários amigos que me ajudaram nos testes de gramaticalidade/agramaticalidade a que eram expostos, meio que contra vontade, pra que eu pudesse ter certeza do julgamento dos dados que trabalhei durante todo o tempo de pesquisa. Agradeço aos membros da banca e aos professores do Mestrado, em especial à professora Heloisa Salles, minha orientadora, que foi a pessoa que impulsionou a minha pesquisa, e ao professor Andrew Nevins, que me apresentou diversos problemas e teorias linguísticas. Por fim, agradeço a Deus e aos bons espíritos que sempre me acompanham e me ajudam.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar as propriedades semânticas e sintáticas das preposições em ambientes de oração infinitiva em oposição aos ambientes de complementação por sintagma nominal/determinante. Já se demonstrou em estudos anteriores que a preposição introdutora de oração infinitiva é mais aberta a flutuações do que a preposição que licencia o sintagma nominal/ determinante. Desta forma, o estudo questiona o porquê de haver essa disparidade, buscando relacioná-la às hipóteses vigentes sobre as propriedades formais da preposição nesses ambientes. Sob o quadro da Teoria Gerativa, toma-se por base a divisão entre preposições gramaticais/ funcionais e preposições lexicais, tanto quanto a hipótese de que as preposições gramaticais sejam realizadoras de Caso. Partindo desse pressuposto, espera-se que as preposições gramaticais/ funcionais se comportem de maneira consistente em todos os ambientes em que aparecem nesse papel. Entretanto, essa hipótese não se confirma. Na discussão, investiga-se o estatuto categorial do infinitivo, tradicionalmente analisado como uma forma nominal do verbo. Adotando-se critério relacionado à presença da categoria sujeito na projeção dessa categoria, conclui-se que o infinitivo é uma categoria verbal, o que exclui que seja marcado por Caso (abstrato) pela preposição. Sendo assim, a preposição é analisada como um elemento funcional demarcador da fronteira oracional. A dissertação também investiga as propriedades das preposições em outras línguas, como o inglês, o espanhol, o francês, mostrando similaridades que confirmam a análise proposta.

Palavras-chave: *(Flutuação de) Preposição; Infinitivo; Caso; Complementação*

ABSTRACT

This dissertation investigates the semantic and the syntactic properties of prepositions introducing infinitival clauses, as opposed to contexts of noun complementation. Previous studies have shown that infinitival complementation is more open to preposition variation than the nominal one. The study thus aims to find out the reason for this disparity, trying to relate it to the hypothesis concerning the formal properties of prepositions in these contexts. Adopting the generative framework, we take into consideration the well-known distinction between lexical and grammatical/functional prepositions, as well as the hypothesis that grammatical/functional prepositions are (abstract) Case markers. Under this assumption, it is expected that the prepositions display a uniform behavior, which is not confirmed. In the discussion we investigate the categorial properties of the infinitive, which is traditionally analyzed as a nominal form of the verb. Assuming a criterion based on the presence of the subject position in the infinitive projection, we arrive at the conclusion that the infinitive is a verbal category, which excludes that the infinitive clause is assigned Case by the preposition. The dissertation further takes into consideration the syntax of the prepositions in languages such as English, Spanish and French, showing similarities that prove to be relevant for the present analysis.

Keywords: *Preposition (fluctuation); Infinitive; Case; Complementation*

SUMÁRIO

Resumo.....	6
Abstract.....	7
CAPÍTULO 1- O problema e os pressupostos teóricos.....	10
1.1 Preposições introdutoras de oração infinitiva.....	10
1.2 Perguntas de pesquisa/Hipóteses.....	15
1.3 Estrutura da dissertação.....	16
1.4 Metodologia para a constituição da base empírica.....	16
1.5 A abordagem da gramática gerativa:pressupostos e quadro teórico.....	17
1.5.1A teoria de Princípios e Parâmetros e a Teoria do Caso.....	21
1.5.2 O Programa Minimalista.....	25
1.5.2.1 Desenvolvimentos do programa minimalista.....	30
1.5.2.2 O licenciamento de Caso no programa minimalista: síntese.....	37
CAPÍTULO 2- Dos primeiros estudos linguísticos às diferentes correntes teóricas atuais: um percurso sobre o tratamento dado às preposições e às dicotomias.....	39
2.1 Os primeiros estudos linguísticos.....	39
2.1.1 Convencionalismo vs Naturalismo: a era de Platão/Aristóteles ou a primeira fase de estudos linguísticos	39
2.2 Segunda fase de estudos linguísticos : o estoicismo.....	41
2.3 Terceira fase de estudos linguísticos: <i>grammatiké</i>	42
2.4 Os desdobramentos da gramática tradicional em relação às dicotomias e ao estudo das preposições.....	43
2.5 A contribuição dos gramáticos – um percurso do século XX até os dias de hoje.....	45
2.5.1 Manuel Said Ali.....	47
2.5.2 Evanildo Bechara.....	48
2.5.3 Celso Cunha.....	49
2.6 Preposições e a ciência linguística.....	50
2.6.1 O funcionalismo.....	50
2.6.1.2 O funcionalismo e as preposições	52
2.6.2 O estruturalismo e as preposições: a contribuição de Joaquim Mattoso Câmara Junior	55
2.6.3 A preposição e os estudos gerativistas.....	56
2.6.3.1 Baker (2005)	57

2.6.3.2 Froud (2001).....	60
2.7 Considerações parciais.....	62

CAPÍTULO 3- Categorizando a preposição e o infinitivo: preposições

introdutoras de orações infinitivas.....64

3.1 A preposição em ambientes de oração infinitiva: há marcação de Caso?.64

3.2 O infinitivo: categoria nominal ou verbal?.....65

3.3 A preposição introdutora de orações infinitivas: aspectos formais e
distribucionais.....71

3.3.1 A análise de Kayne (2000).....71

3.3.2 A análise de Nunes (2008).....75

3.3.3 Dialogando com o estudo de Salles (2007).....77

**CAPÍTULO 4- Considerações finais: sistematização dos resultados e caminhos
para pesquisa futura.....83**

REFERÊNCIAS.....90

CAPÍTULO 1

O problema e pressupostos teóricos

Este trabalho tem como objetivo investigar o funcionamento das preposições em ambientes de orações infinitivas. Para tanto, faz-se necessário contrastar o comportamento da preposição em ambientes de oração infinitiva e em ambientes nucleados por sintagma nominal, visando contrastar o uso e o estatuto dessas preposições. De fato, estudos prévios demonstram haver diferenças entre o uso da preposição em complementos expressos por sintagma determinante/ sintagma nominal e complementos expressos por orações infinitivas.

O trabalho terá como foco crucialmente a preposição ‘de’, embora outras preposições licenciadoras de oração infinitiva também sejam consideradas, tais como as preposições *com* e *para*. Para tanto, investiga-se a natureza categorial do infinitivo (tendo em vista seu caráter dito ‘verbo-nominal’), a fim de compreender o porquê de esses contextos permitirem flutuação das preposições regentes, diferentemente do que ocorre com sintagmas nominais, em que há mais rigidez na escolha das preposições regentes.

Ademais, o estudo objetiva categorizar o infinitivo como categoria verbal por excelência no português brasileiro e a preposição funcional que introduz contextos de oração infinitiva como não-marcadoras de Caso, diferentemente do que propõem estudos anteriores a respeito do assunto.

1.1 Preposições introdutoras de oração infinitiva

Este projeto tem como objeto de estudo as preposições complementadoras que encabeçam os sintagmas oracionais, no português brasileiro, a saber *de*, *em*, *com*, *para*, *a* e *por*. Como observado em Salles (1992), em relação ao português, e mais recentemente em Machado (2010, 2012), a preposição que introduz orações infinitivas

pode flutuar com mais facilidade do que as preposições que encabeçam sintagmas nominais/ determinantes (doravante NPs/DPs):

- (1) a. Tenho interesse **em**/***de** inglês.
- b. Tenho interesse **em/de** estudar inglês.

- (2) a. Maria está surpresa **com** a festa
- b. Maria está surpresa **em/ de/ ?com** ter uma festa só para ela.

Admitindo-se que as preposições que encabeçam os DPs/ NPs em (1a) e (2a) são funcionais, como proposto em Chomsky (1986), e que as orações infinitivas em (1b) e (2b) têm a mesma distribuição dos DPs/ NPs, pressupõe-se que as preposições que encabeçam as orações infinitivas são também funcionais. Desta forma, se em ambos os contextos a preposição que aparece tem, em princípio, o mesmo estatuto, como explicar que nos contextos (1a) e (2a) a preposição é fixa e nos contextos (1b) e (2b) é flexível, isto é, que esse contexto permite flutuações?

Esse questionamento é de grande importância, no sentido de que é largamente admitido na teoria linguística gerativista que preposições funcionais são realizadoras de Caso (CHOMSKY, 1986; OUHALLA, 1994; NUNES, 2008 e muitos outros). Partindo desse pressuposto, infere-se que as preposições complementadoras de orações infinitivas são também realizadoras de Caso.

Desta forma, surgem dois problemas: se a preposição é marcadora de Caso nos dois contextos observados, por que o comportamento desta é diferente nos dois ambientes? Além disso, admitir que a preposição em ambientes como (1,b; 2, b) é marcadora de Caso tem como consequência analisar a forma infinitiva como nome (N), já que apenas essa categoria recebe Caso (cf. Chomsky, 1986).

Na busca de um estatuto e de uma classificação mais adequada para as preposições introdutoras de orações infinitivas, Kayne (2000) atribui às preposições a capacidade de licenciar orações, chamando-as licenciadoras de orações infinitivas.

Ademais, defende que as formas infinitivas são nomes, embora não tenha tratado de como então as orações receberiam Caso.

Questões como essas, referentes à marcação de Caso em ambientes de oração infinitiva, foram retomadas por Nunes (2008). O referido autor, seguindo Raposo (1987), defende que as preposições que encabeçam orações infinitivas são de fato marcadoras de Caso. Para defender essa hipótese, Nunes (2008) observa que o inglês antigo apresentava morfologia de Caso Dativo nos NPs, quando precedidos de *to*.

Levando essa análise para o português, Nunes (2008) defende que a função de *to* é semelhante à da preposição *de*, no sentido de que elas são a última estratégia para a marcação de Caso, já que não há um marcador de Caso nos contextos de complementação de nomes e adjetivos, categorias conhecidas por não serem capazes de realizá-lo (cf. Chomsky 1986).

- (3) a. Tenho receio *(de) fazer isso.
- b. Ela está receosa *(de) ficar sozinha.

Desta forma, sendo a categoria verbo realizadora de Caso, o autor observa que o infinitivo não necessita ser licenciado por *de*.

- (4) Eu receio (*de) ir lá.

O autor, no entanto, não considera o fato de que é possível haver a construção com a preposição *eu receio de ir lá* e que existem construções em que a preposição aparece como introdutora do infinitivo em contexto de complementação verbal – havendo casos em que a preposição seja opcional, e outros em que é obrigatória (retomaremos essa questão):

- (5) a. Penso (**de**)/ (**em**) fazer isso hoje.
- b. Concorda *?(com) fazer isso hoje.
- c. Desistiu *(de) fazer isso hoje.
- d. Surpreendeu-se *(com)/ *(de) fazer isso hoje.

Além disso, um contraste relevante é que o contexto de oração infinitiva como em (5a) permite flutuação das preposições *de* e *em*, enquanto o contexto NPs/ DPs não permite, como demonstra o exemplo (1a) retomado em (6):

(6) Tenho interesse **em** / *de inglês.

Desta forma, o comportamento da preposição quando seguida de infinitivo e quando seguida de NPs/ DPs parece demonstrar que o estatuto da preposição no primeiro ambiente é diferente do estatuto desta no segundo contexto. Seguindo a proposta de Machado (2012) de que a forma infinitiva em oração encaixada sem estar numa projeção de DP é uma forma verbal (e não nominal), admite-se que a preposição nesses contextos não é marcadora de Caso: isso poderia explicar o porquê de esse tipo de contexto ser aberto à flutuação da preposição. Machado (2012) defende que o infinitivo no contexto explicitado acima é uma forma verbal (V), por carregar flexão de pessoa e licenciar sujeito, característica peculiar de verbos, como defende Baker (2005). Desta forma, Machado defende que o infinitivo nesses contextos é sempre flexionado ou pessoal.

(7) a. Estou surpreso **de/em** [_{IP} (eu) [_{I'} te ver]].

b. Maria está feliz **de/ em/ com** [_{IP} Daniel [_{I'} aparecer aqui]].

A preposição introdutora do infinitivo é analisada em Lightfoot (1991) como licenciadora de sujeito. Segundo o autor, essa propriedade é uma característica inovadora do português brasileiro, diante da perda do paradigma flexional do infinitivo. Considerando particularmente a preposição *para*, a análise explica a ocorrência da forma oblíqua do pronome em contextos como *Disse para mim sair da rua*.

Salles (2007) analisa a preposição em contexto similar, em oposição à oração finita, como em (8a-b), propondo que a preposição *para* é inserida para que seja obtido efeito de obviação, isto é, a interpretação disjunta do sujeito da oração encaixada em relação ao da oração matriz – embora a correferencialidade com o objeto possa ocorrer,

configurando-se a situação de controle de objeto, ou ainda a situação de controle parcial, como em *João_i disse para sairmos_{i+j} da rua*.

- (8) a. João disse **pros** meninos saírem da rua
b. João disse **aos** meninos que saíssem da rua.
(dado retirado de Salles (2007))

A autora propõe que, nesse caso, a preposição introdutora da oração infinitiva lexicaliza a categoria gramatical Modo em C, assumindo o CP em camadas, conforme Rizzi (1997). Essa categoria marca a modalidade *irrealis*, o que se pode comprovar pela contraparte finita em que o verbo ocorre no modo subjuntivo.

É interessante notar que as preposições *de* e *em* também parecem marcar a modalidade *irrealis*, no sentido de que é possível demonstrar que a contraparte finita está no modo subjuntivo:

- (9) a. Eu tenho receio **de/em** ele ir ao convento/ Eu tenho receio (**de**) que ele **vá** ao convento.
b. Maria está interessada **de/em** a filha se casar semana que vem/ Maria está interessada (**de**) que a filha se **case** amanhã.

Ademais, essas construções não podem ser licenciadas pela preposição *para*, o que indica que *para* não é marcador exclusivo da categoria *Modo*. Desta forma, é possível formular a hipótese de que a ocorrência não só da preposição *para*, mas também de outras preposições, no contexto citado, se deve a fatores além da marcação de modalidade *irrealis*. É o que buscamos definir neste trabalho.

- (10) a. *Eu tenho receio **pra** ela ir ao convento.
b. ?Maria está interessada **para** ela casar amanhã.

Outra questão importante é observada em Kayne (2000), em relação ao italiano, mas pode ser estendida ao português: diz respeito às construções de infinitivo em que não aparece a preposição complementadora.

- (11) a. Daniel detesta andar sozinho **no** escuro.
b. Daniel declarou viajar sozinho

Como observado em Kayne (2000), é relevante para a análise das preposições complementadoras verificar se existe uma preposição nula ou se não existe de fato nenhuma preposição licenciando o infinitivo, nesses contextos.

A problemática da dissertação centra-se, por conseguinte, no estatuto das preposições complementadoras, sua distribuição sintática e suas particularidades semânticas. Além das preposições *de*, *em* e *para*, o estudo investiga as propriedades de outras preposições que aparecem em contextos oracionais de complementação, embora em usos muito restritos, como *por* e *a*, como em *Maria está disposta a ir* e *Daniel está ansioso por te ver*.

Ademais, centra-se na análise de contextos em que o infinitivo não é licenciado por preposição ou, por hipótese, por uma preposição nula.

1.2 Perguntas de pesquisa/Hipóteses

- 1) Tendo em vista os pressupostos teóricos que fundamentam a distinção entre preposições lexicais e funcionais, os quais se baseiam na marcação de Caso, a que se atribui a possibilidade de flutuação das preposições licenciadoras de oração infinitiva (em oposição às preposições licenciadoras de sintagmas nominais)? É possível postular um contraste em relação às propriedades de marcação de Caso?
- 2) Assumindo-se a hipótese de que a preposição introdutora de oração infinitiva não é marcadora de Caso, existe diferença nos traços formais destas em relação à preposição marcadora de Caso?
- 3) Tendo em vista a hipótese de que preposição *para* introdutora de oração infinitiva carrega traços de marcação de modalidade *irealis*, é possível associar esse traço a outras preposições? É possível identificar outros traços sintático-semânticos associados a essas preposições?

1.3 Estrutura da dissertação

A dissertação se estrutura da seguinte forma: no capítulo 1, apresentamos o problema e o fundamento teórico que servirá de base para toda a argumentação deste trabalho. No capítulo 2, trataremos da distinção entre preposição lexical e gramatical/funcional dentro da história da linguística, dos estudos gramaticais e à luz das teorias gerativa e funcionalista. O

O capítulo 3 será o espaço tanto para o estudo da preposição gramatical à luz dos dados do português, analisando os casos em que a preposição não funciona como marcador de caso quanto para o questionamento a respeito da natureza do infinitivo em português brasileiro (PB), categorizando-o como verbo por excelência no português brasileiro e fazendo a comparação com outras línguas, tais como o inglês e o italiano. Por fim, no capítulo 4, apresentamos as considerações e observações finais a respeito do trabalho.

1.4 Metodologia para a constituição da base empírica

Em Chomsky (1965), já se faz ascender a questão da agramaticalidade como importante ferramenta para a descrição e explicação linguística. Esse método de análise é conhecido como *método negativo*.

Neste projeto, é utilizado o método negativo e introspectivo para a análise. Entretanto, como argumenta Maia (2012), a introspecção ou o conhecimento inato do falante tem sido auxílios para o começo da pesquisa em outros campos linguísticos, não só gerativistas. O questionamento reside no fato de se, além de ser um ponto de partida, deva também ser ponto de chegada.

Para minimizar esses problemas, proponho no projeto a análise de dados de introspecção de diversos falantes para o julgamento de gramaticalidade das sentenças que envolvem o problema a ser investigado.

Além desse viés introspectivo de análise, será utilizado o *corpus* intitulado *Amostras do Português Falado no Rio de Janeiro* (PEUL) do trabalho de Machado (2010) para analisar possíveis estruturas não-canônicas do português falado, ou possíveis construções dialetais. Essa escolha de fazer a análise também por meio de *corpus* se deve ao fato de que em estudos de Salles (2007) se encontram dados periféricos de não-letrados, que são importantes para a análise do problema a ser investigado.

Este projeto também terá como método de análise o estudo de construções similares em línguas românicas e no inglês com o objetivo de confrontar o resultado obtido com os dados do português.

1.5 A abordagem da gramática gerativa: pressupostos e quadro teórico

A fundamentação teórica em que se baseia esta dissertação é da gramática gerativa, que tem como precursor Noam Chomsky. A gramática gerativa provocou grandes mudanças na maneira como se pensava as línguas naturais e a linguagem humana e tem hoje diversos investigadores das hipóteses e desdobramentos. A teoria ou gramática gerativa veio de encontro aos estudos da linguagem humana que predominavam em meados do século XX, os quais estavam influenciados pela abordagem Behaviourista – ou comportamental – de Skinner, ou seja, as línguas eram vistas como um tipo de *resposta a estímulos* provenientes da relação do indivíduo com o contexto social.

Chomsky (1965), adotando uma concepção racionalista, que se identifica com ideias formuladas desde Platão, e retomada nas abordagens linguísticas dominantes na Europa no século XVIII conforme descritas na gramática de Port Royal, criticou as ideias behaviouristas e argumentou a favor de que as línguas não são meramente um comportamento, produto da influência de pressões sociais, mas sim a manifestação de uma capacidade inata do ser humano, a faculdade de linguagem, a qual é associada a um módulo da mente humana, cujas propriedades se manifestam em um estado mental inicial, que ele designa *gramática universal*.

Desta forma, Chomsky (1965) contradisse os estudos em que se defendia a língua como um produto unicamente social e defendeu a tese inatista em relação à capacidade de se falar língua(s). A Teoria Gerativa nasceu desse conceito e, embora haja vários desdobramentos da teoria, o fundamento epistemológico não mudou, em relação à faculdade da linguagem. Na seção posterior, apresentaremos um modelo para a gramática universal, formulado no âmbito da teoria de Princípios e Parâmetros, e do programa minimalista de investigação da linguagem humana.

Com o advento da Teoria Gerativa e das ideias inatistas em relação à capacidade de o ser humano falar língua(s), muitos estudos linguísticos se voltaram para a análise da faculdade da linguagem, sua natureza, seus traços e para a investigação do papel dessa faculdade na aquisição de língua(s) por crianças (e também da segunda língua, por adultos).

Conforme mencionado anteriormente, a faculdade de linguagem é, por hipótese, a capacidade inata que todo ser humano tem de falar língua(s). Essa capacidade é determinada por regras que regem todas as línguas, tanto licenciando quanto restringindo regras linguísticas. Esse licenciamento ou restrição de regras é comumente denominado *gramática universal*.

Há, portanto, por hipótese, um estágio inicial das línguas, que deve servir de modelo e que é determinado por a algum gene dedicado à linguagem. A evidência primária para esse tipo de pensamento é conhecida como “Problema de Platão” e aponta para a necessidade de explicar como uma criança consegue falar uma língua, com regras e sistemas complexos, tendo acesso a dados fragmentados, imperfeitos, e sem nenhum ensino formal de estrutura.

Esse problema, levantado por Platão, é até hoje uma das fortes evidências para a existência de uma faculdade da linguagem. Em Chomsky (1965), esse problema é formulado como *o argumento da pobreza de estímulo*. Entende-se por *pobreza de estímulo* não que o meio social é pobre, mas sim que os dados a que as crianças são expostas são dados com muitos fragmentos, cortes, anacolutos. Além disso, a criança consegue formular frases que nunca ouviu.

Em Hornstein & Lightfoot (1981:10), encontra-se a seguinte argumentação para a defesa da existência da faculdade da linguagem:

As crianças não testam hipóteses aleatórias, rejeitando aquelas que resultam em frases inaceitáveis; nós sabemos disso pelo fato de que, em cada comunidade lingüística, as sentenças inaceitáveis produzidas por crianças ainda bem novas são poucas em número e muito uniformes de uma criança para a outra – e isso não se enquadra nem um pouco na hipótese de testes aleatórios.

A faculdade de linguagem é, portanto, o que distingue o ser humano do resto dos animais. É o objetivo final, por excelência, de todo estudo gerativista, pois, como argumenta Chomsky (1986: 23), a gramática universal “deve ser vista como uma caracterização da faculdade de linguagem geneticamente determinada”. Dentro desse esboço teórico, surge um conhecido paradoxo: como explicar a diversidade lingüística em face da faculdade da linguagem, única e imutável em todos os seres humanos?

Para superar essa aparente contradição entre fatos *versus* hipótese, Chomsky (1986) recorre a alguns conceitos que são usados desde os primórdios da abordagem gerativista. O linguista defende a ideia de que a gramática universal é um ‘dispositivo de aquisição de língua’ (*Language Acquisition Device/LAD*), que seria o estágio inicial das línguas, a faculdade de linguagem, em interação com a aquisição de língua. A esse estágio inicial são expostos dados iniciais, chamados Dados Linguísticos Primários ou PLD (*Primary Linguistic Data*).

Partindo dessa ideia, os dados primários, que podem ser entendidos como a experiência lingüística, vão acionar no LAD a estruturação de uma língua particular, a partir da gramática universal. Pode-se pensar que a gramática universal é um **X**, e cada língua do mundo é uma manifestação diferente desse mesmo **X**: o inglês seria **X1**, o português seria **X2**, o espanhol seria **X3**.

Assim, Chomsky (1986) define que cada manifestação da gramática universal é um tipo de *gramática particular*, em contraste com a gramática universal, compartilhada por todo ser humano. Partindo desse conceito, e com o objetivo de acabar com a aparente contradição entre experiência lingüística e conhecimento inato, formula a teoria de Princípios e Parâmetros. Os princípios são regras que se encontram na

gramática universal, isto é, na mente de todo ser humano. Os parâmetros, por sua vez, são a manifestação desses princípios, em forma de opções, cujos valores são fixados no contato com os dados de uma língua particular (os PLD). Os princípios universais e os parâmetros, com valores fixados, são as línguas propriamente ditas.

Um exemplo clássico de princípio, já encontrado em Chomsky (1986), é o de que toda oração tem a posição sintática de ‘sujeito’. Essa hipótese tem como fundamento o fato de que, em algumas línguas, a categoria sujeito deve ser realizada obrigatoriamente, enquanto em outras, que permitem o apagamento do sujeito (línguas *pro-drop*), essa categoria não pode ou não precisa ser realizada.

Partindo-se da evidência de que existem línguas que obrigatoriamente preenchem a categoria sujeito com um pronome de terceira pessoa apenas com o intuito de saturar a posição *sujeito*, é possível postular o *princípio* de que toda oração tem sujeito, embora em algumas línguas a realização lexical dessa posição sintática não seja obrigatória. A essa opcionalidade de realização lexical dá-se o nome *parâmetro*.

(3) It rains/ *Rains

(4) Chove

Desta forma, em (3) e (4), existe a categoria sujeito. Em inglês, por ser uma língua que não permite o apagamento do sujeito, a realização fonética é obrigatória. Em português, por ser uma língua que permite o apagamento do sujeito, essa categoria pode, e em alguns contextos deve, ser nula, isto é, sem realização fonética.

O princípio de que toda oração tem sujeito é chamado na teoria de *princípio de projeção estendido*, que deriva do *princípio de projeção*, o qual postula que o predicado deve ser sintaticamente representado. Os parâmetros são valorados em positivo e negativo e isso define os sistemas de cada língua e explica como ocorrem as mudanças linguísticas.

Numa língua como o português, por exemplo, o parâmetro de sujeito nulo é positivo, já em francês ou inglês, esse parâmetro é negativo. Assim, a mudança

linguística parece ocorrer por meio da mudança de fixação de parâmetro. Os dados linguísticos primários a que a criança está exposta (PLD), por algum motivo, provocam uma fixação de parâmetros diferente daquela encontrada na gramática do adulto. Para Chomsky (1986), toda mudança linguística ocorre na aquisição, embora seja detectada a partir de sua manifestação sistemática em um grupo de falantes.

1.5.1 A teoria de Princípios e Parâmetros e a Teoria do Caso

A teoria de Princípios e Parâmetros compreende o modelo da Regência e Ligação (Chomsky 1981), uma abordagem que concebe a gramática universal como um sistema de módulos, interligados pelos princípios da regência e da ligação. A Teoria do Caso é um desses módulos, articulando-se com outros, a saber a teoria temática, a teoria da ligação. Essa teoria diz respeito à noção referida como Caso abstrato, a qual é relacionada, no nível formal/ abstrato, à forma como um DP /NP¹ se distribui na estrutura da oração. Assim, postula-se que, para um DP/ NP ser acessível a um componente sintático, é preciso que seja marcado com algum tipo de Caso abstrato. Tal marcação distingue-se do *caso morfológico*, encontrado em línguas como o alemão, o latim, o grego, que apresentam morfologia para marcar as funções gramaticais na oração, embora a hipótese de generalizar para todas as línguas a existência dessa categoria fundamenta-se na forma como a morfologia de caso se aplica.

De fato, nem todas as línguas apresentam morfologia para a representação de Caso na oração. Nota-se aqui a convenção de usar a letra maiúscula (*Caso*) para fazer referência à noção abstrata de Caso, isto é, o traço formal que representa as relações sintáticas de uma oração.

Uma característica amplamente reconhecida das línguas românicas é a perda da categoria de caso (morfológico), ficando resíduos dessa marcação, no sistema pronominal. Tal fenômeno vem corroborar a hipótese de que existem propriedades formais envolvidas nesse processo, se a mudança linguística for entendida como um

¹ Originalmente, em Chomsky 1981, a teoria do Caso não adotava a hipótese DP, a qual assume que todos os NPs são selecionados por um núcleo D(eterminante), que projeta a DP. Por essa razão, apresentamos, na exposição, a notação: DP/NP.

processo que afeta propriedades formais das categorias funcionais, as quais podem manifestar correlato morfológico ou não.

No PB (vernacular), porém, não se verifica contraste no sistema pronominal em relação manifestação do caso (morfológico), diante de dados como (13) a (16), em que a mesma forma pronominal ocorre na posição de sujeito e de objeto.

(5) **Ela** viu o espetáculo.

(6) Nós vimos **ela**.

(7) **Eu** chorei.

(8) Beija **eu**.

Por estabelecer relações entre categorias gramaticais e sua distribuição sintática, o Caso está diretamente relacionado à regência, isto é, a relação entre um núcleo e as categorias gramaticais dele dependentes. E essa noção de regência é definida pela noção de c-comando, uma noção estrutural formulada como as seguir, em Chomsky (1986):

A c-comanda B se, e somente se,

(i) nem A nem B dominam um ao outro;

(ii) a primeira categoria gramatical ramificante que domina A domina B.

Desta forma, Chomsky (1986) propõe que a marcação de Caso ocorre nas seguintes projeções:

(i) Projeção do VP, associada ao Caso Acusativo

(ii) Projeção de PP, associada ao Caso Obliquo

(iii) Projeção do IP, associada ao Caso Nominativo

Em relação ao papel de V e P no licenciamento de seus DPs complementos, é intuitivo assumir essa relação formal, diante da relação estrutural que mantêm na estrutura do VP e do PP, respectivamente. No entanto, em relação a I, a teoria do Caso se baseia na relação com a concordância de sujeito, que permite estabelecer contraste

entre orações finitas e infinitivas em relação à presença do sujeito lexical, como ilustrado em (17), do inglês:

- (9) a. *I wonder to whom [John **to give** the book]
b. I wonder to whom [John **is** to give the book]
(extraído de Chomsky 1986: 186)

É interessante notar que, em inglês, pode ocorrer a chamada marcação excepcional de Caso (*Exceptional Case Marking/ECM*), em que a oração infinitiva tem um sujeito lexical licenciado por uma preposição introdutora da oração infinitiva ou pelo verbo da oração principal, manifestando-se, porém, o caso acusativo, conforme (10a-b):

- (10) a. For John/him to be the winner is unlikely
b. I believe John/him to be the winner
(adaptado de Chomsky 1986: 186)

A relação entre o caso nominativo e a categoria funcional I se confirma no português, com os dados do infinitivo flexionado (cf. Raposo (1986)), em que se verifica a possibilidade de inserir o sujeito lexical exatamente nos mesmos contextos, conforme amplamente documentado na literatura gramatical – essas construções serão retomadas ao longo do trabalho:

(11) **Nós sermos** os campeões é improvável.

(12) Lamento **eles serem** os campeões.

Diante disso, a teoria do Caso inclui a posição de sujeito (specIP) na configuração de marcação de Caso, passando a definir regência em termos de m-comando (e não c-comando), o que significa considerar o nóculo máximo (não o primeiro nóculo ramificante) na relação de comando entre o núcleo regente e a categoria regida.

Propõe-se ainda que existe relação entre a atribuição dos papéis temáticos e a realização de Caso. Chomsky (1986:94) refere-se a essa relação como a *Condição de Visibilidade*, a qual estabelece que “um elemento só pode receber papel temático se estiver numa posição na qual o Caso é atribuído”.² Assim, o *Filtro dos Casos*, formulado originalmente para barrar DPs lexicais sem Caso, foi substituído pela *Condição de Visibilidade*, o que permite incluir também os elementos foneticamente nulos, mas que funcionam como argumentos.

Outro princípio básico da Teoria do Caso é a distinção entre Caso inerente, atribuído na Estrutura Profunda e associado à marcação de papel temático, e Caso estrutural, atribuído na Estrutura Superficial, sem relação necessária com a marcação de papel temático (Chomsky, 1986). Além dessa distinção, há aquela que trata da atribuição de Caso na Estrutura Profunda e da realização de Caso na estrutura Superficial, a qual se vincula necessariamente ao Caso inerente, como demonstra o exemplo a seguir:

(13) Eu tenho medo de escuro

De acordo com Chomsky (1986), as categorias N (nome) e A (adjetivo) apenas atribuem Caso, mas não o realizam. Para tanto, uma preposição funcional (*dummy preposition*) é inserida como “marca morfológica” para a realização do Caso atribuído pela categoria lexical.

Com essa análise é possível pensar que as preposições podem ter conteúdo temático ou não. Ao primeiro grupo, chama-se *verdadeiras preposições* ou *preposições lexicais*; ao segundo, *preposições dummy* ou *preposições gramaticais/funcionais*. Assim, a preposição pode ser lexical, como o nome (N), o adjetivo (A) ou o verbo (V), manifestando propriedades como a capacidade de projetar uma estrutura argumental, ou funcional, alinhando-se com categorias como I e D, que não selecionam argumentos.

Essa divisão na classe das preposições é importante para qualquer estudo que trate de preposição e será mais bem examinada nas seções a seguir.

² Chomsky (1986:94): “Following Joseph Aoun, let us assume that an element is *visible* for theta-marking only if it is assigned Case.”

1.5.2 O Programa Minimalista

A versão de Princípios e Parâmetros tem no programa minimalista um refinamento no tocante à descrição dos sistemas linguísticos. Este programa, também chamado de *minimalismo*, rompeu com várias postulações da versão Princípios e Parâmetros de Chomsky (1986), referida como teoria da Regência e Ligação. Em particular, elimina as noções de estrutura superficial, estrutura profunda, atribuição de Caso, entre outras. Desta forma, o programa tem como meta compreender a faculdade de linguagem como sendo a capacidade inata que todo ser humano tem de produzir descrições estruturais a serem interpretadas nas interfaces conceptual-intencional e articulatorio-perceptual.

De acordo com Chomsky (1995), essa propriedade corresponde às representações de som e de significado – que podem ser definidas em termos de traços formais, semânticos ou fonéticos. Os itens lexicais carregam tais traços e articulam-se para formar expressões linguísticas complexas. A linguagem é vista, no âmbito desse programa, como a interação do léxico com sistemas de operações que trabalham com os traços (formais, semânticos ou fonéticos) lexicais para formar expressões ou sentenças linguísticas.

Três operações são fundamentais para o sistema operacional, quais sejam a Numeração (*Numeration*), a Seleção (*Select*), e a Concatenação (*Merge*). Essas operações consistem em um inventário de itens retirados do léxico (Numeração), selecionando cada item lexical (*Select*) para juntá-lo (*Merge*) a outro item lexical, a fim de formar um sintagma ou uma expressão linguística, como exemplificado em (14) e (15):

- (14) a. A menina fez o bolo
b. $N = \{ \text{fez}_1, a_1, o_1, \text{menina}_1, \text{bolo}_1 \}$

- (15) a. $N' = \{ \text{fez}_1, a_1, o_1, \text{menina}_1, \text{bolo}_0 \}$
b. *bolo*
c. $N'' = \{ \text{fez}_1, a_1, o_0, \text{menina}_1, \text{bolo}_1 \}$
d. *o bolo*

e. $N''' = \{ \text{fez}_0, a_1, o_1, \text{menina}_1, \text{bolo}_1 \}$

f. *fez o bolo*

g. $N'''' = \{ \text{fez}_1, a_1, o_1, \text{menina}_0, \text{bolo}_1 \}$

h. *menina fez o bolo*

i. $N''''' = \{ \text{fez}_1, a_0, o_1, \text{menina}_1, \text{bolo}_1 \}$

j. *A menina fez o bolo*

A outra operação básica e que pode ser combinada com *Merge* é a operação *Move*, que licencia o movimento de constituintes tornando possível sua interpretação em outro ambiente da estrutura.

De acordo com Chomsky (1995), reformular a teoria tem como propósito dispensar categorias virtualmente desnecessárias, em termos conceituais, tornando a teoria menos especulativa e mais empirista. Em uma discussão a respeito dos fundamentos do Programa Minimalista, HORNSTEIN et al. (2005:7), faz referência a seis grandes fatos (*big facts*):

- I. Sentenças são unidades linguísticas únicas.
- II. Sentenças são pares de forma e significado.
- III. Sentenças são compostas de expressões menores (palavras e morfemas).
- IV. Essas unidades menores são compostas em unidades com estrutura hierárquica, isto é, sintagmas, maiores que palavras e menores que sentenças.
- V. Sentenças mostram propriedades de deslocamento no sentido de que expressões que aparecem em uma posição podem ser interpretadas em outra.
- VI. A linguagem é recursiva, isto é, não há nenhum limite em relação à extensão das sentenças em nenhuma língua natural.

Esses fatos do programa minimalista são a base para qualquer desdobramento na área. Além desses fatos, o programa procura adequar-se à *navalha de Ockham*, princípio formulado por William de Ockham, o qual estipula que a análise de todo fenômeno deve assumir apenas as premissas estritamente necessárias à explicação. Esse princípio é também conhecido como *principio de economia* (Hornstein, 2005).

O princípio de economia, ou navalha de Ockham, ocorre na prática no programa minimalista ao se tentar retirar da teoria noções como estrutura profunda, superficial, atribuição de Caso, relações de controle definidas em termos da noção de regência, por terem um aparato teórico complicado e poderem ser substituídos por modelos mais simples, com a devida fundamentação empírica.

A noção de Caso, por exemplo, tem na Teoria de Regência e Ligação uma abordagem em que Caso é atribuído a um NP, em uma configuração de regência, a qual é definida em termos de uma relação estrutural baseada em c-comando, e na noção de ‘barreira’, que se define, por sua vez, como uma condição que afeta categorias escolhidas, e não outras, pela inspeção de cada língua (o que resulta em um tipo de variação que não pode ser definida em termos de traços formais). No programa minimalista, como observam Hornstein et al. (2005), a noção de atribuição de Caso é substituída pela checagem de traços de um NP com algum núcleo que tenha traços idênticos, de que resulta a marcação de Caso. A troca de um pelo outro traz para a teoria uma simplificação no sentido de que, não havendo mais atribuição de Caso, a distinção entre atribuição e realização do Caso torna a noção de estrutura superficial como o *locus* da realização do Caso, sem sustentação teórica, entre outras consequências.

A checagem de traços é um dos fundamentos mais importantes deste programa e, para entender como funciona esse processo, deve-se primeiramente compreender duas noções básicas do programa minimalista. Um dos postulados do programa é o de que sentenças têm som e significado, algo que remonta a Saussure (1922). As sentenças para serem gramaticais precisam respeitar ao princípio da Interpretação Plena (*Full Interpretation*), o qual, segundo Chomsky (1995), consiste em que as sentenças abriguem apenas traços semânticos/ interpretáveis e traços fonéticos, para que a derivação possa convergir.

Desta forma, os traços semânticos da forma lógica são separados dos traços fonéticos da forma fonética em um ponto da derivação – o *spell-out* – para que haja convergência. Se houver apenas traços semânticos na forma lógica e apenas traços fonéticos na forma fonética, há convergência. Senão, a sentença não converge. Essas duas representações fazem *interface* com os sistemas intencional-conceitual e

articulatório-perceptual, respectivamente, os quais integram o aparato cognitivo humano.

Para que haja convergência da sentença deve haver, portanto, apenas traços de som e significado na sentença. Traços gramaticais, ou formais, não interpretáveis devem ser eliminados da estrutura. E essa eliminação se dá por meio da checagem por traços formais interpretáveis – o que pressupõe um domínio sintático mínimo (*Minimal Link Domain*), em que nenhuma categoria interveniente satisfaça as condições de checagem.

Diante disso, surge um questionamento: como identificar um traço formal e um traço semântico? Antes de responder a essa questão, deve-se ter em mente que os itens lexicais carregam (ou podem carregar) três tipos de traços: traços de núcleo, traços de especificador e traços de complemento. A questão centra-se, por conseguinte, em analisar os traços de núcleo com o objetivo de averiguar se são interpretáveis (semânticos) ou não.

Trazendo o exemplo encontrado em Radford (1997) *she has gone* para o português *ela tem ido*, pode-se entender como funciona a checagem de traços:

1) Primeiramente, se discrimina cada item da sentença:

Ela - 3ª pessoa do singular, feminino, Caso nominativo (traços de núcleo)

Tem - tempo presente (traço de núcleo), 3ª pessoa do singular e Caso Nominativo (traços de especificador) e particípio (traço de complemento).

Ido - particípio (traço de núcleo)

2) Formaliza-se, pondo-se em colchetes:

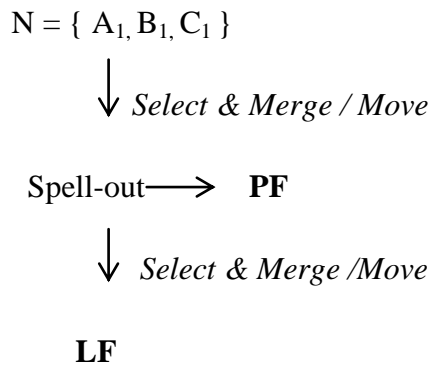
Ela	tem	ido
[3PFNom]	[Pres]	[+ particípio]
	[3PNom]	
	[+ particípio]	

3) Checam-se os traços iguais:

Ela	tem	ido
[3pFNom]	[Pres]	[+particípio]
	[3PNom]	
	[+particípio]	

Assim, os únicos traços interpretáveis são o traço feminino de *ela* e o traço tempo presente de *tem* e só eles podem estar na forma lógica para a sentença convergir.

O modelo da gramática, de acordo com o programa minimalista, pode ser representado da seguinte forma:



O quadro resume as operações necessárias para que haja convergência de uma sentença no sistema linguístico: a operação *Select* tem que esgotar todos os itens lexicais/ funcionais da *Numeração* para que a sentença seja gramatical. Ademais, os itens em PF (forma fonética) e LF (forma lógica), depois de *spell-out*, devem todos possuir apenas traços fonéticos e semânticos, respectivamente.

Além dessas regras sintáticas dentro do sistema computacional, postulam-se dois princípios relacionados ao mapeamento de uma dada numeração em uma descrição estrutural (Chomsky 1995):

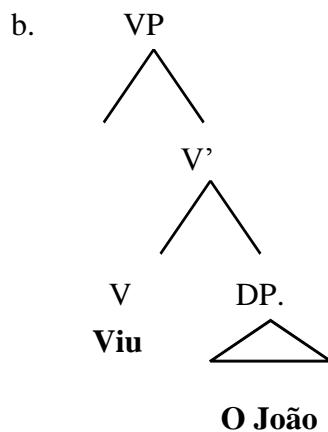
- 1) Condição de inclusividade (*Inclusiveness Condition*): o objeto λ da forma lógica deve ser construído apenas de traços dos itens lexicais de N.
- 2) Condição de Uniformidade (*Uniformity Condition*): as operações disponíveis no componente coberto devem ser as mesmas disponíveis na sintaxe aberta.

Esses princípios, portanto, são fundamentais para que a operação do sistema computacional culmine na convergência das sentenças.

1.5.2.1 Desenvolvimentos do programa minimalista

Conforme mencionado anteriormente, a Teoria da *Regência e Ligação* (doravante GB) assumia a existência de dois níveis sintáticos de representação: a estrutura profunda (*Deep Structure/DS*) e a estrutura de superfície (*Surface Structure/SS*). Diante da reformulação proposta pelo Programa Minimalista, esses níveis são eliminados, passando-se a propor transformações generalizadas, a partir de operações sobre uma estrutura sintagmática nua (*bare phrase structure*), gerada pela operação binária *Merge*, que concatena dois elementos, sendo que um deles projeta e rotula o objeto sintático gerado. A projeção de uma sentença como (16a) está ilustrada em (16b):

(16) a. A Maria [viu o João]



- (i) A projeção mínima é um item do léxico selecionado na numeração (**V**)
- (ii) A projeção máxima corresponde a um objeto sintático que não projeta (**VP**)
- (iii) A projeção intermediária é um objeto sintático que não é nem a projeção mínima nem a projeção máxima. (**V'**)

Igualmente, a noção de Caso tem no programa minimalista uma nova abordagem em relação à abordagem da GB. Vimos que, na GB, o Caso era realizado por meio de duas configurações: (1) na posição núcleo-complemento, que marcava o Caso acusativo ou oblíquo, quando o núcleo era um verbo ou uma preposição, respectivamente; (2) na posição núcleo-especificador, por meio do núcleo funcional I.

Essa discrepância era considerada indesejável, tecnicamente, e refletia não só o tipo de configuração, mas também a natureza da categoria associada ao licenciamento do Caso – a uma categoria funcional (I), em oposição a categorias lexicais V e P (a que se acrescentava a *dummy preposition*). Levando esse fato em consideração, e a possibilidade de extinguir a estrutura superficial, mediante a introdução da noção de checagem de traços formais (e não de atribuição de Caso por uma categoria), foi possível unificar as configurações de Caso, postulando-se que não só o Caso nominativo era atribuído com base na checagem de traços de concordância (de sujeito), mas também o Caso acusativo. Assim, diante da existência de línguas que manifestam concordância de objeto, foi postulado o núcleo funcional AgrO, sendo o caso acusativo checado na posição de especificador desse núcleo funcional. Com essa generalização, foi eliminada a noção de regência (e todo o aparato teórico relacionado à regência, como, por exemplo, a noção de barreira, que se fazia necessária, e que se mostrava pouco explicativa, com o desenvolvimento da pesquisa).

Desta forma, o núcleo funcional I foi desdobrado, obtendo-se uma configuração em camadas que incluía as projeções AgrSP, TP e AgrOP. Tais categorias funcionais entrariam especificadas na derivação, em relação aos traços formais, além de serem responsáveis pela validação dos traços de Caso – nominativo e acusativo. Assim, o DP ‘Maria’, em (16), vem do léxico com um traço de Caso, e valida esse traço na projeção de AgrSP – que é a categoria funcional especificada para verificar tal traço; o mesmo ocorre em relação ao DP ‘João’, que valida o traço de Caso na projeção AgrOP, como representado em (17). Essa operação é designada *AGREE*.

(17)

AgrSP



AgrS'



IP



I'



AgrOP



AgrO'



AgrO

VP

Observou-se, com os desdobramentos da teoria, que as categorias AgrSP e AgrOP eram bastante especulativas e não correspondiam de fato a uma realidade

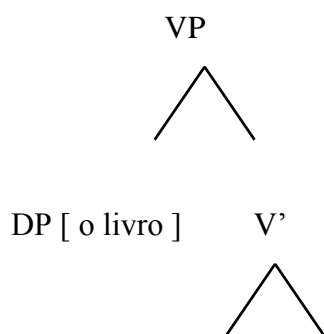
empírica das línguas – pelo fato de a concordância não manifestar um correlato semântico. Diante disso, avaliou-se a possibilidade de eliminá-los, uma vez que o Caso nominativo poderia ser licenciado na projeção TP. Cabia então definir as condições de licenciamento do Caso acusativo, tendo em vista seus efeitos na estrutura sintática. No contexto dessa discussão, passou-se a analisar as implicações do modelo de análise que postulava a existência do VP em camadas – também conhecida como a *VP shell*.

A hipótese da *VP shell* foi formulada por Larson (1988) para dar conta da configuração de verbo bitransitivos, ou mais tradicionalmente conhecidos como transitivos diretos e indiretos. Larson (1988) parte da observação de que a relação entre a projeção PP é mais estreita com o VP do que a da projeção DP/NP objeto direto com o VP. Retomando a proposta de Larson, Hornstein (2005: 96) nos oferece dados em inglês que podem ser facilmente trazidos para o português e que elucidam essa questão:

- (18) a. O João levou [o Paulo] à ruína
 b. O João levou [o Paulo] a uma discussão feia.
 c. O João levou [o Paulo] a vários lugares

Os autores defendem que o DP [o Paulo] é afetado ou interpretado de uma maneira diferente a depender do PP que o segue. Por conseguinte, analisa-se o PP como uma categoria mais diretamente ligada ao VP e o DP/NP objeto direto como uma categoria mais externa ao VP. Ao assumir que a categoria PP é mais estritamente ligada ao VP do que o DP/NP objeto direto, a oração em (28), por exemplo, tem a seguinte configuração:

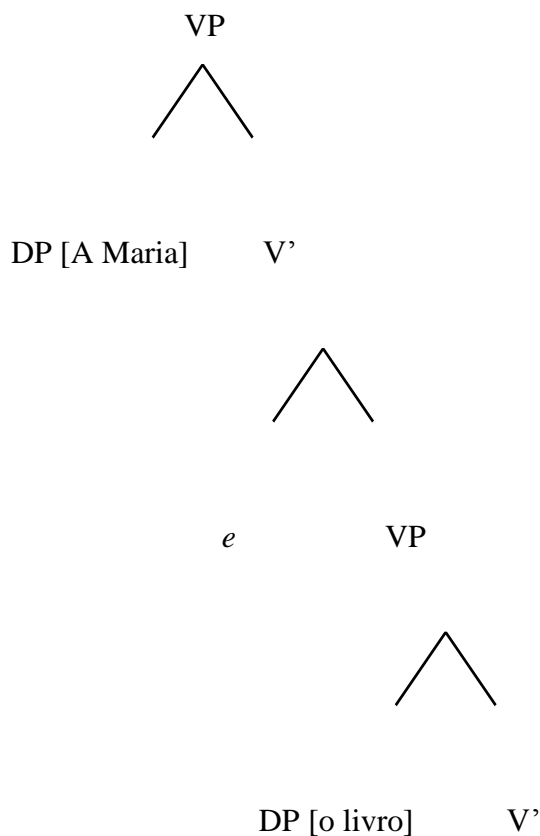
(19) A Maria [deu o livro ao João]



deu PP [ao João]

Entretanto, uma configuração como em (28) traz à tona alguns problemas relacionados à teoria. O primeiro problema é o postulado de que o sujeito é gerado na projeção de VP.³ Desta forma, como conciliar a configuração em (28) com a hipótese de sujeito interno ao VP? Larson (1988) propõe então que haveria duas camadas de VP, uma em que o verbo é o núcleo e outra em que há um elemento nulo, sem papel temático, como demonstrado em (20), usando-se o exemplo de (19):

(20) Maria deu o livro ao João



³ Trata-se da Hipótese do Sujeito interno ao VP, formulada por vários autores (entre eles, Koopman & Sportiche (1991), citados por Hornstein et al. (2005), e amplamente adotada), e que também se baseia na relação entre o núcleo V e o argumento na posição de complemento como definidora das propriedades temáticas do sujeito. Considerando expressões idiomáticas, os autores mostram que operações sobre as projeções acima de VP (como uso de modalizadores e alçamento) não afetam a interpretação, o que confirma que é licenciada no domínio interno ao VP: (i) a. *O moço quebrou meu galho*; b. *O moço deve/pode/ quis quebrar meu galho*; *O moço parece quebrar meu galho*.

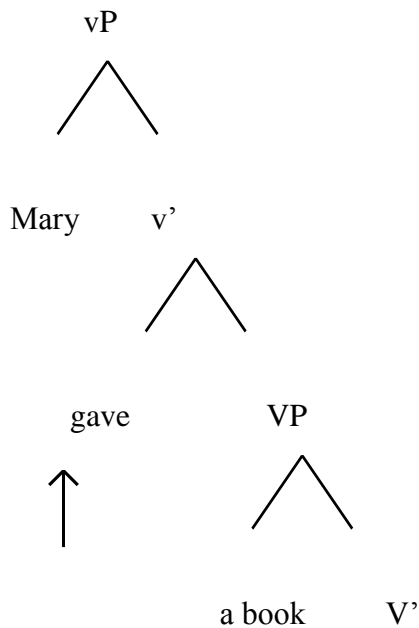


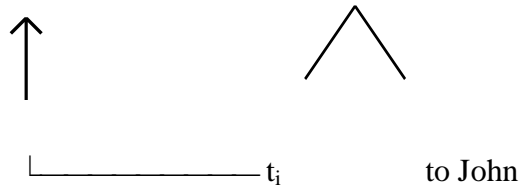
deu PP [ao João]

Todavia, postular uma categoria vazia, no interior de VP, sem papel temático, é algo bastante especulativo dentro da teoria. Além disso, vai de encontro a um dos *grandes fatos* citados anteriormente, o qual postula que toda estrutura sintática deve ser projetada a partir de itens lexicais. Um item vazio, portanto, não pode projetar nada.

Na discussão dessa questão, Hale e Keyser (1993) elaboram uma nova *camada de VP*, em que, em vez de uma categoria vazia que serve apenas para saturar uma posição, postulam que a primeira camada verbal é projetada a partir de um verbo leve foneticamente nulo. Apesar de parecer uma solução especulativa, essa análise tem uma base empírica forte. Verbos leves são aqueles cujo significado depende fortemente do seu complemento (HORNSTEIN, 2005), como em *João deu um grito*. Nessa estrutura, é possível postular que o verbo ‘dar’ denota o processo, e o nome ‘grito’ especifica o evento. Com essa hipótese, assume-se que o verbo leve ‘v’ tem um traço forte que alça V para seu domínio, licenciando a ordem *Mary gave a book to John*, como representado em (21), tirado de HORNSTEIN (2005):

(21)





Evidências empíricas para esse tipo de postulação se encontram em dados de línguas que manifestam o verbo leve em construções bitransitivas (dados extraídos de HORNSTEIN, 2005: 100):

(22) Fongbe

Ko` ku` so` fla`se` he` le` A` si`ba` .

Koku tomar francês ensina Asiba

‘Koku ensina francês para Asiba.’

(23) Mandarin

Zhangsan ba shu gei wo.

Zhangsan tomar livro deu mim

‘Zhangsan gave the book to me.’

Ademais, pode-se achar exemplos de verbos leves em construções monotransitivas (dados extraídos de HORNSTEIN 2005: 104):

(24) Basque

Jonek Aitorri min egin dio.

Jon. ERG Aitor. DAT machucar fazer AUX

‘Jon hurt Aito.’

(25) Tibetan

Thubten-gyis Lobsang-la kha byskal-song.

Thubten-ERG Lobsang- LOC boca entregou- PERF

‘Thubten kissed Lobsang’

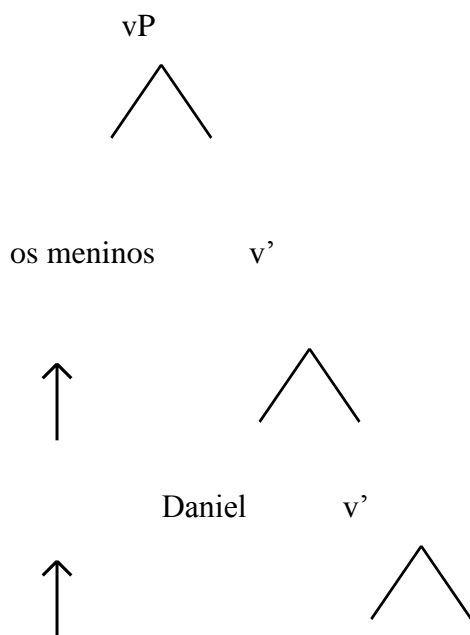
Dessa forma, a postulação de uma projeção com verbo leve consegue resolver problemas encontrados em relação a verbos bitransitivos, no sentido de que o verbo leve consegue licenciar o argumento externo e seu papel temático e pode forçar movimento do argumento no especificador do VP encaixado (gerando uma estrutura de múltiplos spec), a depender de ter ou não um traço V forte, licenciando as diferentes ordens das línguas.

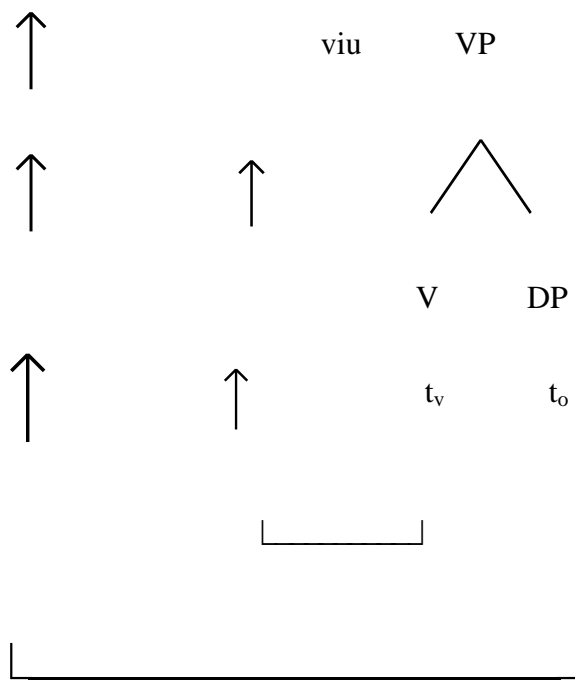
1.5.2.2 O licenciamento de Caso no programa minimalista: síntese

Assumida a eliminação das estruturas profunda e superficial e a existência da categoria vP, a noção de Caso passa a ter, no programa minimalista, outra abordagem. Caso, nesse programa, é um traço que consta no léxico. Além disso, há, no programa minimalista, a preocupação de uniformizar a marcação de Caso, no sentido de que todas as operações sejam realização na configuração núcleo-especificador de categorias funcionais (a saber, TP e vP).

Dentro dessa proposta, a categoria vP é responsável pela marcação de Caso acusativo, já que essa categoria, além de licenciar o argumento externo, é também capacitada de projetar posições de especificador e com isso contemplar a marcação de Caso. Desta forma, o Caso Acusativo é marcado por meio de uma relação entre o núcleo 'v' e o DP na projeção do VP encaixado, como demonstrado em (26):

(26) Daniel viu os meninos.





Neste capítulo, apresentamos as bases teóricas em que se desenvolverá o trabalho, apresentando uma breve síntese das abordagens propostas para a teoria do Caso, a qual define condições formais para a distribuição dos sintagmas nominais na estrutura oracional, na abordagem da teoria da Regência e Ligação e no âmbito do Programa Minimalista. Em particular, verificou-se que a teoria Regência e Ligação distingue preposições lexicais, que atribuem Caso inerente, e a preposições funcionais (*dummy prepositions*), que ocorrem como marcadoras/ realizadoras de Caso em configurações de complementação nominal e adjetival (em que o nome e o adjetivo são considerados atribuidores de Caso na estrutura profunda). Entretanto, no programa minimalista, não há referência a respeito de como é marcado o Caso com a preposição funcional (em oposição à preposição lexical), tendo em vista que o modelo da gramática não comporta a distinção entre atribuição de Caso (na estrutura profunda) e realização de Caso (na estrutura de superfície). Tampouco existe referência à possibilidade de identificar preposições que não carregam traços de marcação de Caso. Com essa dissertação, objetivamos fomentar a pesquisa nessa área dentro do programa minimalista.

CAPITULO 2

Dos primeiros estudos linguísticos às diferentes correntes teóricas atuais: o tratamento dado às preposições e às dicotomias nos estudos gramaticais

Proponho, neste capítulo, fazer uma revisão de como a tradição gramatical e parte da literatura científica no âmbito da Linguística moderna têm abordado os problemas relacionados à preposição, isto é, à sua natureza, ao seu estatuto e funcionamento na oração. Para tanto, recorro aos gregos, aos gramáticos antigos e atuais. No âmbito da Linguística moderna, apresenta abordagens formuladas no âmbito do funcionalismo com o objetivo de demonstrar os problemas que investigam, estabelecendo contraste com a abordagem gerativista, a fim de demonstrar os desafios enfrentados pelos diferentes enfoques teóricos no estudo da preposição.⁴

2.1 Os primeiros estudos linguísticos

Remonta a Panini (500 a.C) a autoria da primeira gramática da história. Panini escreveu a gramática intitulada *Doutrina das Palavras*, que descrevia o sistema do sânscrito, resgatando uma tradição de estudos desde 1000 a. C. Desde essa época, já se desenhavam os estudos a respeito da controvérsia entre convencionalistas e naturalistas, primeira das muitas dicotomias formuladas pelos estudos linguísticos através dos

⁴ Agradeço à Profa. Helena Guerra Vicente (p. c.) por ressaltar a necessidade de apontar previamente os objetivos do capítulo, especialmente pelo fato de que são apresentadas as abordagens funcionalista e gerativista, as quais assumem pressupostos excludentes. De fato, a abordagem funcionalista orienta para conclusões que se apoiam em fatores extralinguísticos – no caso das preposições, na hipótese de que suas propriedades se explicam pela relação com a interpretação localista (as preposições determinam um *locus*). Diferentemente, a abordagem gerativa é internalista, o que implica que a análise apoia-se em categorias linguísticas independentes do contexto extralinguístico. Conforme será demonstrado, a preposição (introdutora de oração infinitiva) manifesta propriedades que não se explicam em termos de fatores extralinguísticos/ localistas – embora seja possível atribuir denotação locativa para a preposição em diferentes contextos.

tempos. Essa dicotomia, orientada para a natureza da relação entre a palavra e o elemento designado, foi mais fortemente discutida e reconhecida na era de Platão (427/428 a. C), a qual retomaremos na subseção seguinte.

2.1.1 Convencionalismo *versus* Naturalismo: a era de Platão/ Aristóteles ou a primeira fase de estudos linguísticos.

Platão (429-347 a. C.), influenciado pelo filósofo grego Demócrito (460, 370 a.C), debateu, no *Crátilo*, a dualidade ‘convencionalismo’ *versus* ‘naturalismo’. Conforme observam Lobato (1986) e Neves (1987), em abordagens que resgatam a história dos estudos linguísticos, essa dicotomia se refere à natureza da relação entre as palavras e as coisas em geral. No referido livro, há um diálogo entre as personagens Crátilo e Hermógenes, que questionam se os nomes das coisas têm um porquê, isto é, se estão diretamente relacionados à natureza das coisas ou se são arbitrários. *No plano da linguagem, os gregos se perguntavam se a conexão entre as palavras e aquilo que denotavam provinha da natureza, phýsei, ou era imposta pela convenção, thései.* (Weedwood 2002: 25)

Para a personagem Crátilo, os nomes e as coisas têm uma relação intrínseca, isto é, a personagem defendia a hipótese *naturalista*. A personagem Hermógenes, por outro lado, defendia a hipótese *convencionalista*, ou seja, os nomes não têm nenhum elo fundamental ou essencial com as coisas que denominam. Essa foi, talvez, a primeira tese em relação à semântica das línguas, assunto retomado e debatido muitos séculos depois em Saussure (1912), em termos do conceito de ‘arbitrariedade’ do signo linguístico.

Nesse primeiro período, marcado por filósofos como Platão, como argumenta Lobato (1986), a estrutura linguística não era em si a preocupação dos filósofos, e sim a questão da linguagem em geral e a etimologia das palavras. Apesar disso, é possível encontrar em Aristóteles e Platão os primeiros esboços de uma teoria da gramática que é usada até os dias de hoje. No primeiro escrito sobre estrutura linguística, que pode ser chamado de gramática aristotélica, se encontram as partes do discurso, chamadas atualmente de classes de palavras e uma formulação de uma teoria sobre a estrutura frasal. De acordo com Neves (1987, 2002) e Robins (1979), as classes de palavras, ou as partes do discurso, foram criadas paulatinamente: a Platão se deve a noção de substantivo (essência), verbo e adjetivo (atributo). Essas noções são postuladas em

bases funcionais e semânticas, tendo como referência a divisão do enunciado em duas partes *onoma* – a palavra usual para nome – e *rhêma* – o que é dito;

Desse modo, ónoma (...) e rhêma vieram a assumir sentidos técnicos amplamente correspondentes a sujeito (= nome ou substantivos do nome) e predicado (= verbo ou cópula mais adjetivo) (Weedwood 2002: 28)

Posteriormente, Aristóteles (384-322 a. C.) manteve a distinção formulada por Platão e acrescentou a categoria *syndesmoi*, que não tinha morfologia de caso e ligava partes do discurso e hoje se entende por conjunção e é possível que nessa classificação esteja incluída a noção de preposição; e *arthron* (artigo), que tinha caso e distinguia o número e gênero dos nomes. Nessa fase de estudos linguísticos, portanto, não havia referência direta às preposições. Essa classe gramatical viria a ser primeiramente contemplada na gramática grega de Dionísio de Tracia (II a.c), como argumenta Gurpilhares (2004).

2.2 Segunda fase de estudos linguísticos: o estoicismo

A segunda fase de estudos linguísticos, conforme expõe Lobato (1986), é marcada pelos estoicos. Os estoicos, fundadores da corrente filosófica *estoicismo*, pregam a ideia de que os sofrimentos ruins provinham de erros de julgamentos e acreditavam que a filosofia tinha como maior preocupação as emoções e o pensamento do ser humano.

Desta forma, os estoicos defendem que a linguagem era uma forma de representar a verdade ou a essência do mundo, que, para eles, era moldável, diferentemente do que pensava Platão. Essa ideia serviu de base para diversas correntes linguísticas atuais. De acordo com Pauli (1997), os estoicos foram os primeiros a tratar de estruturas linguísticas propriamente ditas: já aplicavam os conceitos de significado *versus* significante, de fonética, gramática. Quanto a questões de natureza da linguagem, se preocupavam com o dualismo ‘naturalismo’ *versus* ‘convencionalismo’. Esse dualismo tem influência na dicotomia ‘mundo sensível’ e ‘mundo essencial’, a qual remete à corrente dos *anomalistas*, que defendem a relação natural entre o nome e a realidade que designa, e *analogistas*, que acreditavam que “há regularidades nas formas linguísticas, tanto no plano de variações do corpo fônico quanto do significado” (Marques, 2003:26).

Os analogistas tinham ideias afins às dos convencionalistas no sentido de que, em ambas as correntes, havia a crença de que as palavras não tinham relação fundamental com a coisa que nomeavam; a relação é, pois, arbitrária. A filosofia analógica propunha, então, que as palavras eram ‘criadas’, por assim dizer, sempre por alguma analogia a outra palavra ou àquilo que o funcionalismo, séculos depois, chamaria de “lexema”: por exemplo, “cabelo” forma “cabeludo”, “cabeleireiro”, “cabeleira”. Os anomalistas, por sua vez, acreditavam que palavra tinha uma relação fundamental ou essencial com aquilo que denominavam; não podendo, portanto, ser analogias ou formas “derivadas” semanticamente de outras, já que cada coisa, cada objeto ou sentimento tinha uma essência única no mundo.

Nos estudos estoicos, de acordo com o mesmo autor, ainda foi contemplado aquilo que hoje se chama de advérbio: para os estoicos, se tratava de *mésotes*, cujo significado é “aquele que está no meio”. O ponto interessante dessa classificação é que *mésotes* foi uma noção retirada dos nomes ou *ónoma*, e não do verbo, isto é, primeiramente se atrelou o advérbio à noção de nome.

2.3 Terceira fase de estudos linguísticos: *grammatiké*

A terceira fase de estudos linguísticos, também conhecida como início dos estudos de gramática, é marcada pelo estudo de Dionísio de Trácia, intitulado *Téchne Grammatiké*. De acordo com Neves (2002), Dionísio nasceu em Alexandria e viveu entre 170 e anos 90 a.C e teve sua gramática primeiramente editada em 1715. Nessa gramática, Dionísio marca aquilo que se chama de gramática tradicional, também chamada de gramática normativa, pois descreve o grego literário com o objetivo de manter a língua pura, sem as influências das variações e mudanças linguísticas, chamadas barbarismos.

Neves (1987) ressalta que os gregos classificam os estudos linguísticos ou *grammatiké* como sendo “a arte de bem falar e escrever”. A gramática dionisíaca influencia até os dias de hoje gramáticos tradicionais tanto na organização quanto na ideologia que a gramática veicula. Apesar de já ter havido estudos normativos sobre o sânscrito, foi com Dionísio que se marcou mais fortemente a ideologia normativista e não-científica sobre língua, isto é, foram nesses estudos que surgiu a ideia de variedades corretas e variedades erradas nas línguas.

Nessa gramática, ou *grammatiké*, constam oito partes do discurso, ou classes de palavras: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. De acordo com Neves (2002), a preposição era classificada como um item que palavra que se coloca antes das partes do discurso. Nesse sentido, tem-se apenas a percepção sobre as preposições em relação a como elas ocupam a estrutura frasal ou oracional. Não há, ainda, um olhar sobre a *natureza* da preposição, como já havia, por exemplo, em relação ao nome e ao verbo.

De acordo com Oliveira (2011), Dionísio dividiu as preposições não em termos de significado, ou natureza semântica, mas em termos fônicos. Dionísio as classificou em monossilábicas, como *en, eis, eks* e dissilábicas, como *aná, katá, diá*. Há, aparentemente, pela primeira vez na história dos estudos linguísticos, uma preocupação maior em relação às preposições e uma percepção de que formam um grupo em que se pode achar subdivisões, como as de cunho fonético, por exemplo.

2.4 Os desdobramentos da gramática tradicional em relação às dicotomias e ao estudo das preposições

Com a gramática de Dionísio de Tracia estabelecida e a Grécia invadida pelo Império Romano, os estudiosos romanos da língua reconheceram a grandeza dos estudos gregos e foram influenciados pelos gramáticos alexandrinos, principalmente Dionísio de Tracia. Pode-se dizer que um dos primeiros estudos linguísticos influenciados pelos alexandrinos e feito no Império Romano é o de Varrão (séc.I a.C) em *De Língua Latina*. Varrão vai de encontro à analogia alexandrina, ou à regularidade, como tese para o entendimento das línguas; para Varrão, a analogia não existe.

O autor também lança mão das antíteses para a explicação sobre a linguagem. Varrão propõe que a gramática da língua possa ser concebida em três partes: (i) a primeira parte é um conjunto de palavras admitidas em convenção por um grupo social (ii) a segunda são as mudanças resultadas do primeiro grupo; (iii) a terceira são palavras associadas entre si para exprimir a sentença.

Essa concepção de gramática das línguas adotada por Varrão já abriga diversas contribuições para a ciência linguística moderna, como a ideia de variação, regularidade, estrutura linguística, léxico, entre outras. É importante também observar que Varrão já trazia a dicotomia lexical/ funcional, no sentido de que nos dois primeiros

grupos, é possível pensar em um “léxico lexical”, mais aberto a derivações e variações; já o terceiro grupo pode ser entendido como um grupo “lexical funcional”, já que ‘são palavras associadas entre si para exprimir a sentença’, isto é, itens funcionais que cooperam na estrutura linguística para um dado sentido.

Desta forma, Varrão trouxe aos estudos linguísticos ideias bastante novas e que fazem dele um “linguista moderno”, a despeito da época em que escreveu sua obra. Influenciou os estruturalistas, com suas dicotomias a respeito da linguagem, e trouxe a ideia da estrutura linguística incluindo termos que podem ser derivados e termos que cooperam para o entendimento e funcionamento da frase.

Quanto às preposições, Varrão tratou delas de uma forma bastante similar à dos demais estudiosos de Roma. Como o Latim Clássico era uma língua de muitas declinações, isto é, apresentava caso morfológico, as preposições que havia na língua funcionavam como conectores entre as palavras flexionadas com caso.

Desta forma, as preposições se dividiam em duas classes: as que regiam o caso acusativo, como *ad*, *ante*, *apud* e as que regiam o caso ablativo, como *sine*, *cum*, *a*. Como a língua latina clássica apresentava riqueza em morfologia de caso, era dispensável que houvesse preposições que servissem somente como suporte para evidenciar qual caso estava sendo marcado. Desta maneira, pode-se pensar que as preposições no latim clássico eram *lexicais*, e não funcionais, já que a flexão de caso dispensa a preposição funcional, em termos gerais.

De acordo com Junior (2002), os gramáticos da Idade Média foram influenciados pelos estudos gregos e latinos, principalmente os de Dionísio, Varrão e Priciano. O mesmo autor argumenta que Priciano considerava alguns afixos como preposições que se apresentavam em formas presas, consideração que Tomás de Erfurt, filósofo da Idade Média, rejeitou em seus estudos (1350 d. C).

Com a queda do Império Romano (476 d.C), o latim falado e usado nas ruas, conhecido como *latim vulgar* ou *sermo vulgaris* deixou de contar com as forças coercitivas institucionais: rompeu-se a força centralizadora de Roma, já que se fecharam as escolas e caiu a aristocracia, sistema que mantinha vivo o latim clássico (Oliveira, 2011).

É notório que, entre as consequências desse processo, resultou a transformação da língua, com características que passam a definir as chamadas línguas românicas. Coutinho (1993) observa que, no latim vulgar, das cinco declinações sobraram apenas três e com isso reduziu-se o número de casos (morfológicos). No latim vulgar, sobraram apenas o Caso Nominativo, ou Subjetivo, e o Caso Acusativo, ou Objeto. Dessa forma, pode-se dizer que o latim clássico era uma língua sintética, isto é, que exprimia as funções gramaticais por meio de desinências ou flexões, e o latim vulgar, tanto quanto as línguas românicas em geral, são analíticas, isto é, exprimem a função gramatical por meio de palavras funcionais e da ordem estrutural da língua.

Desta forma, enquanto no latim clássico havia uma ordem mais livre, por haver declinações específicas para diversos casos, no latim vulgar fixou-se uma ordem mais rígida, a saber sujeito-verbo-complemento, e coube às preposições marcar outros tipos de caso. De acordo com Williams (1961), os casos dativo e genitivo passam a ser marcados por meio das preposições *ad*, e *de*, *respectivamente*. Ao processo de substituição dos casos está associado o desenvolvimento, no latim tardio, dos artigos.

Por conseguinte, se constataram os diversos funcionamentos inovadores das preposições: algumas marcavam casos de nomes que eram complemento de verbos/nomes, outras marcavam caso de nomes que eram adjuntos aos verbos/nomes. Tomando por base as observações de Coutinho (op. cit.), Tarallo (1990: 134) observa:

Natural é, portanto, que também o valor inerente da cada preposição do latim clássico tenha sido alterado na passagem para o português e, por extensão, para as línguas românicas em geral. (...) Poderíamos, sim, dizer que o aumento do número de preposições em português se deveu provavelmente ao fato de essas partículas terem começado a desempenhar uma função na organização gramatical portuguesa que existia somente como um esboço no sistema do latim clássico.

De acordo com Poggio (2005), as preposições *a* e *de*, desde o século XIV, já apareciam em alguns contextos totalmente gramaticalizadas, ou com significado abstrato, o que já evidencia o estatuto gramatical/funcional dessas preposições. Como dito, com o desaparecimento da flexão casual no latim vulgar, as línguas românicas foram substituindo tais desinências por meio de preposições que funcionavam como marcadores de Caso.

Convém ressaltar que, até os dias de hoje, a preposição *de* é a preposição funcional por excelência no português brasileiro: foi aparentemente a primeira a se gramaticalizar por completo e é a mais gramaticalizada depois de seis séculos.

2.5 A contribuição dos gramáticos – um percurso do século XX até os dias de hoje

No português, pode-se citar Fernão de Oliveira (1507-1581) e João de Barros (1496-1570) como os primeiros gramáticos tradicionais a realizarem estudos a respeito da língua portuguesa.

Fernão de Oliveira foi o primeiro estudioso a compilar uma gramática a respeito da língua portuguesa. Publicou em 1536 a *Grammatica da Lingoagem Portugueza*. Apesar da tradição gramatical fundada pelos alexandrinos, em que os estudos linguísticos se voltavam para a normatização, isto é, para a noção de certo e errado nas línguas, Fernão de Oliveira escreveu uma obra gramatical que tem um viés descritivo, ou seja, buscava sistematizar e descrever a língua portuguesa quinhentista. No texto gramatical de Fernão de Oliveira (1536), acham-se citadas as seguintes preposições: a (antre (nós), antrellas, antrelles, antros (antre os), ao (p. aos (a+ os), até, ategora, atre, comcontra, contrellesde, (p. desde, em, para, per, per si, pera (=para) por, sem, so (sob), sobre, te (=até) tras.

João de Barros foi o segundo gramático a escrever em português e sobre o português: compilou a *Gramática da Lingua Portuguesa*, publicada em 1540. Apesar de ser contemporâneo a Fernão de Oliveira, João de Barros trouxe a sua gramática reflexões e concepções bastante divergentes daquelas encontradas em Fernão de Oliveira. Diferentemente de Fernão de Oliveira, o gramático João de Barros tinha uma forte influência latina no que concerne à normatização/ prescrição nos estudos gramaticais. Entretanto, apesar dessa forte influência normativista, o autor traz em seus estudos algumas questões filosóficas relacionadas à linguagem, fazendo alusão aos chamados “universais linguísticos”.

João de Barros classifica as preposições como “parte da gramática” sem, no entanto, explicitar, da forma com que faz como outras classes de palavra, que se trata de um item que tem uma função na oração. Aparentemente por esse motivo, o autor analise

as preposições por sua composição mórfica, ou sua morfologia, não dando atenção a como elas funcionam, ou ao seu estatuto categorial.

Assim, em *Gramática da Língua Portuguesa*, as preposições são distinguidas entre “normais”, chamadas pelo autor de “figuras singelas”, e em “dobradas”, “figuras dobradas”, que são aquelas que aparecem justapostas ao verbo, como em *aprazer*, *desprazer* ou em locuções prepositivas, como *antes de*, *depois de*. Pode-se concluir que João de Barros em *Gramática da Língua Portuguesa* não se ateve a nenhum aspecto sintático, categorial ou funcional das preposições. Preocupou-se apenas em distinguir as preposições quanto à sua morfologia.

2.5.1 Manuel Said Ali

Quando analisados os estudos gramaticais do século XX, pode-se destacar alguns autores, cujas obras foram amplamente estudadas e que influenciam até os dias de hoje os estudos gramaticais tradicionais, tanto quanto noções formuladas no âmbito da linguística. O primeiro autor a ser destacado é Manuel Said Ali, autor de *Gramática elementar da língua portuguesa* (1923) e de *Gramática Secundária da Língua portuguesa* (1923), além da *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1921).

Said Ali era um fiel herdeiro da ideologia prescritiva dos alexandrinos e, por isso mesmo, defendia a existência de um uso puro da língua, aquele encontrado na literatura dos bons escritos, como se pode depreender do trecho de *O Purismo e o Progresso da Língua Portuguesa* [s.d, p. 1]:

Deve ter sido um deus o que inventou a divina arte de escrever. Os gênios por ele inspirados fundam e criam a linguagem literária, o falar culto, aquele que serve de modelo à posteridade, modificado com o progredir dos tempos, com o desenvolvimento intelectual e material de uma nação, mas a mesma linguagem na essência.

Por valorar a língua latina como uma língua pura e defender que o português culto é o que mais se aproxima do latim clássico, Said Ali tratou das classes gramaticais de uma forma muito parecida com o que já era feito nos estudos alexandrinos. De acordo com Oliveira (2004), Said ali apenas dividiu as preposições de forma a discriminar aquelas que sofreram alterações fonéticas, ou metaplasmos, e aquelas que mantiveram sua forma mórfica e fonética na passagem para o português.

Poggio (1999) acrescenta que Said ali (1964) observa que a preposição *de* em português é a preposição latina mais usada e em diversos contextos. Recorre à história para explicar que a preposição *de* tomou lugar da preposição *ab* em latim e tornou-se equivalente a *ex*. Entretanto, não se atém a todos os contextos em que *de* aparece no português, em especial àqueles em que não existe a noção espacial ou local e nos quais a preposição aparentemente funciona como um item que liga palavra ou orações, como em *eu gosto de você, estou feliz de ver Maria*.

Não há, por conseguinte, nos estudos de Said Ali a preocupação em estabelecer de forma exaustiva os diferentes contextos em que ocorrem as preposições, tendo como objetivo caracterizar suas propriedades gramaticais.

2.5.2 Evanildo Bechara

Evanildo Bechara, autor de *Moderna Gramática Portuguesa* (2008), é considerado por muitos estudiosos da língua como o mais renomado gramático da metade do século XX para cá. Apesar de sua forte inclinação normativista em relação ao uso da língua, Bechara traz em seus estudos muitas reflexões e avanços da ciência linguística, quase sempre rechaçados nas gramáticas tradicionais.

Esse avanço nos estudos gramaticais se reflete em como o autor analisa as preposições. Bechara trata delas com muito mais rigor e profundidade, e dá indícios de uma possível distinção entre as preposições, embora a noção de preposição funcional/lexical, da forma que é postulada na teoria gerativa, esteja longe de ser alcançada pelo autor em sua obra.

O autor classifica as preposições como:

“uma unidade linguística desprovida de independência-isto é, não aparece sozinha no discurso, salvo por hipertaxe – e, em geral, átona, que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais que elas desempenham no discurso, quer nos grupos unitários nominais, quer nas orações.” (p. 96,2008)

Além de constatar que as preposições podem ser conectivos de orações, Bechara (2008: 96) se utiliza do exemplo *homem de coragem* e observa que

“(...) a mesma preposição *de* vai permitir que o substantivo *coragem* exerça o papel de adjunto adnominal do substantivo *homem*- função normalmente desempenhada por adjetivo. Dai dizer-se que, nestes casos, a preposição é um *transpositor*, isto é, elemento gramatical que habilita uma determinada unidade linguística a exercer papel gramatical diferente daquele que normalmente exerce.”

No trecho acima, pode-se perceber que o autor trata do estatuto funcional da preposição, que gera gramaticalidade (aceitabilidade) a uma construção que, sem o conectivo, seria impossível de ocorrer em português.

Além de evidenciar o papel funcional das preposições, sem contudo classificá-las como “preposições funcionais”, o autor analisa a semântica das preposições e argumenta: “assim, não se deve perder de vista que, na relação dos significados das preposições, há sempre um significado unitário da língua, que se desdobra em sentidos contextuais a que se chega pelo contexto e pela situação” (p.298, 2008).

Sem explicitar e formalizar em classificações, Bechara (2008) distingue os comportamentos que a preposição pode exercer. De forma não-explicita, o autor separa as preposições como ora gramaticais, ora lexicais, embora, como dito anteriormente, essa distinção esteja longe de ser como aquela contemplada nos estudos gerativistas.

2.5.3 Celso Cunha

Celso Cunha é autor de inúmeros estudos sobre a língua portuguesa e a gramática. Entre eles consta, em coprodução com Lindley Cintra, a obra *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1985/ 2001) e esta é considerada, juntamente com a obra de Bechara de que tratamos na subseção anterior, uma das gramáticas mais bem elaboradas sobre a língua portuguesa. Celso Cunha e Lindley Cintra (2001: 555) se apoiam explicitamente na visão de Pottier sobre as propriedades da preposição. Ademais, os autores classificam as preposições de forma bastante similar à classificação dada por diversos gramáticos citados: “palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração (...)”.

Entretanto, Cunha e Cintra (2001) partem da observação de que as preposições têm duas naturezas semânticas distintas: ‘preposições com conteúdo significativo’ e ‘preposições com função relacional’. Desta maneira, diferenciam as propriedades das

preposições nas sentenças (i) *viajei com Pedro* e (ii) *concordo com você*, observando que em (i) se tem a noção de companhia, uma carga semântica forte e em (ii) a preposição *com* é esvaziada de sentido, é apenas um elo sintático, vazio de conteúdo nocional. Esse último tipo de preposição, Cunha e Cintra (2001) denominam *preposição obrigatória*.

Ademais, classificam as preposições como tendo três tipos de relação: relações fixas, relações necessárias e relações livres. Por relações fixas, entende-se o uso da preposição em um contexto no qual a preposição aparece sem nenhum conteúdo significativo (semântico), em que o uso de certas preposições com certas palavras se cristalizou a ponto de se tornarem um todo significativo, como em *as ruas de São Paulo, eu dei com eles ontem*. As relações necessárias são os casos em que a preposição aparece com mais conteúdo significativo, em que se intensifica a relação sintática das preposições, isto é, da relação entre precedente e conseqüente, como em *vontade de doce, paixão por futebol*. Por fim, as relações livres são aquelas em que a preposição aparece como sendo facultativa, como em *procurei (por) você, encontrar (com) Daniel*, em que a preposição figura como um elemento de alto valor estilístico e expressivo.

Pode-se dizer, por conseguinte, que Cunha e Cintra (2001) fazem referência aos dois estatutos que a preposição pode assumir: um lexical e outro funcional. Embora não aprofundem a questão, é, sem dúvida, um avanço no tocante ao entendimento de como as preposições podem funcionar dentro da estrutura das línguas.

2.6 Preposições e a ciência linguística

Analisados os tratamentos dados às preposições e às dicotomias na história das gramáticas tradicionais, neste capítulo, nos dedicaremos ainda a observar, de forma sucinta, como a ciência das línguas, ou a linguística, tem abordado este tema. Importante observar que, nesta seção, também se analisarão gramáticas descritivas ou pedagógicas, já que estudos como estes são fundamentados e baseados em pesquisas e nas últimas descobertas no âmbito da linguística. Não são, por conseguinte, tradicionais, normativos e não se apegam por completo a tradições alexandrinas.

Portanto, nesta seção, vamos tratar de correntes linguísticas e de algumas gramáticas modernas.

2.6.1 O funcionalismo

Apesar de o funcionalismo ser uma área da linguística que abarca diversas correntes, pode-se destacar alguns pontos que permeiam todas as correntes funcionalistas e que são, em termos gerais, aquilo que resume as noções do funcionalismo e de que forma tais conceitos não respondem a questionamentos feitos nesse trabalho, levando-se em conta a hipótese localista, da qual trataremos nas linhas a seguir.

Nascido nos anos 20 do século XX, no Círculo de Praga e no Círculo de Copenhague, essa nova conceituação a respeito da linguagem vai de encontro aos estudos estruturalistas que predominavam na época, principalmente pelo fato de Curso de Linguística Geral de Saussure (1921) estar em alta e ser considerado por muitos estudiosos como o primeiro livro que trata a linguagem de forma científica.

O funcionalismo, como o próprio nome já diz, trata a linguagem como mecanismo natural e fundamentalmente voltado para a *comunicação*. Partindo dessa premissa, todas as estruturas linguísticas – ordem, concordância, preenchimento do sujeito, regência – são condicionados por fatores externos e definidos para alguma *função*. A ligação das estruturas linguísticas com os fatores externos que, por hipótese, as condicionam é chamada *discurso*, e é com essa noção que os funcionalistas trabalham (Neves 1997, Castilho 2012).

De acordo com Castilho (2012), algumas noções podem ser definidas como sendo de todas as correntes funcionalistas, isto é, algo que é fundamental para que uma teoria tenha como arcabouço teórico o funcionalismo:

(i) a língua é competência comunicativa.

Neves (1997), apud Castilho (2012: 22), resume o conceito de competência comunicativa da língua, originalmente postulado por Dell Hymes:

“A capacidade que os falantes têm não apenas de acionar a produtividade da língua, isto é, de jogar com as restrições, mas também – e primordialmente – de proceder às escolhas comunicativamente adequadas, isto é, de operar variáveis dentro do condicionamento ditado pelo próprio processo de comunicação.”

Castilho (2012) observa que, nesse sentido, comunicação tem muito a ver com a noção de *comunicação* estabelecida na teoria da comunicação formulada nos anos 60, isto é, a *comunicação* como um ato de tornar comuns conteúdos informativos, sentimentos, instruções.

Por fim, de acordo com o mesmo autor, três postulados podem especificar a noção de comunicação dentro do funcionalismo: (a) os significados pode ser descritos em termos de processos, organizando-se em diversas categorias; (b) a língua se manifesta na interação social através da conversação, considerada a articulação discursiva fundamental e (c) língua é processamento da informação, referenciando-se à situação de fala e ao próprio texto que está sendo criado.

(ii) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos.

De acordo com Castilho (2012), as estruturas, dentro da visão funcionalista, são flexíveis e permeáveis às pressões do uso, não são totalmente arbitrárias e são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes.

(iii) a explicação linguística deve ser buscada nos usos linguísticos e numa percepção pancrônica da língua.

Halliday (1997: 24), apud Castilho (2012), formula essa hipótese como a seguir: “as motivações para o uso e o desenvolvimento da língua são externas à estrutura linguística, as explicações externas da língua têm maior poder do que as explicações internas”. (p. 24, 2012)

Desta forma, a sintaxe, dita funcional, foca no uso e nos usuários da língua e no contexto no qual o usuário está inserido.

2.6.1.2 O funcionalismo e as preposições.

Há na teoria linguística uma forte corrente que defendem que as preposições primordialmente representam o espaço no qual o discurso está sendo realizado, isto é, as preposições têm fundamentalmente noções espaciais. Autores como Groussier (1997) são defensores dessa ideia e, de acordo com Groussier (1997), apud Santos (2007), há evidências que corroboram para esse tipo de pensamento, quais sejam:

(i) A maior parte das preposições tem sentido de origem;

- (ii) A interpretação espacial, ou nocional, é anterior a qualquer outra interpretação que as preposições possam ter.

De acordo com Groussier (1997), a hipótese da primariedade localista das preposições não é absurda no sentido de que é bem possível que, nos primeiros estágios das línguas, as noções espaciais eram as únicas que poderiam ser transmitidas ou comunicadas. Essa ideia é corroborada em Corbalis (2003), apud Junior (2007):

Antes disso, a língua era uma combinação de discurso e de gesto (...) A mudança para o discurso autônomo livrou as mãos de qualquer papel crucial na linguagem, que por sua vez puderam explicar os desenvolvimentos extraordinários na confecção e na manipulação do ambiente que caracterizam nossa espécie, e distingue-nos claramente dos outros macacos grandes. (p. 209, 2003)

Desta forma, observa-se que existem fatores a favor da hipótese localista, como o fato de se poder, em uma razoável larga escala, extrair o significado espacial mesmo de preposições cujo significado seja abstrato, ou muito gramaticalizado, e ainda a suposição de que, nas primeiras fases das línguas, isto é, na época dos primatas, a língua tenha sido mais gestual e referencial em relação ao espaço em que se vivia como forma de sobrevivência.

Por conseguinte, há, na corrente funcionalista, uma grande defesa a favor da hipótese localista, já que essa teoria relaciona a preposição como tendo significado extralinguístico, isto é, de que a propriedade gramatical das preposições nasce primeiramente da noção de discurso. Para explicar, por exemplo, como uma preposição, cujo significado tenha sido (ou seja) primordialmente espacial, transformou-se em um item com mais significados, os funcionalistas lançam mão do conceito de *metáfora*, isto é, a ampliação do sentido original para outros contextos semânticos.

Algumas preposições, como a preposição *de*, *em* e *com*, apesar de, por hipótese, carregarem uma semântica espacial, possuem um significado bastante abstrato ou gramatical em alguns contextos na língua portuguesa. A fim de explicar como se dá esse processo de *abstração* da semântica espacial original, os funcionalistas atrelam esse fenômeno ao processo de gramaticalização.

Apesar de haver vários significados para a palavra *gramaticalização*, o sentido usado aqui é aquele proposto por Martellota et al. (1996, p. 23): “processo unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

Desta maneira, pode-se pensar em vários exemplos de preposições gramaticalizadas ou abstratas, quais sejam:

1. a) Eu gosto *de* você
- b) Maria pensou *em* você.
- c) Daniel concorda *com* a sua proposta.
- d) Eles andam pensando *em* montar uma empresa
- e) Eu estou surpreso *de* ver você aqui

Como se pode observar nos exemplos acima, essas preposições carregam traços puramente funcionais ou gramaticais; não tendo, portanto, nenhuma carga semântica espacial, já que sofreram processo de gramaticalização por completo.

Por conseguinte, dentro da visão funcionalista, há a divisão entre preposições funcionais/ gramaticais e preposições lexicais, também chamadas *conceituais*. Entretanto, o item *de*, que carrega traços de marcador de caso genitivo, e o item *de*, que carrega a semântica de *origem*, não podem, dentro da visão funcionalista, ser dois itens diferentes, cuja morfologia coincide no léxico. Para os funcionalistas, o item é um só, que passou pelo processo de gramaticalização e que, por isso, possui vários significados, tanto espaciais quanto gramaticais.

Para Bagno (2012), por exemplo, a preposição pode se gramaticalizar tanto a ponto de formar com o verbo uma unidade lexicogramatical, isto é, não se pode dizer que existe o verbo *gostar*, *depende*, *precisar*, mas sim *gostar de* e *precisar de*. Todavia, o autor não observou que a rigidez no uso da preposição não se atesta quando o complemento do verbo é oracional e finito (i) *gosto que você faça isso*, *preciso que você se levante*, havendo variação quando o complemento é uma oração infinitiva (ii) *gosto de andar a cavalo*, *preciso (de) ir na padaria*. Como se pode observar, a

preposição *de* é obrigatória no contexto de complementação infinitiva do verbo *gostar*. Em outros casos, a preposição é nula ou opcional.

Em relação à hipótese localista, apesar de coerente e aceita por muitos linguistas, essa teoria não consegue esclarecer a função de algumas preposições em determinados contextos. Jackendoff (1999), apud Junior (2007), por exemplo, argumenta que “é praticamente impossível – apesar da engenhosidade de um Benveniste – derivar o sentido causal do sentido espacial, salvo se estabelecer uma regra geral de atribuição de valor causal às preposições de aproximação [espacial]” (p. 42, 1999).

Além desse problema, tal hipótese não esclarece o porquê de a oração finita ser licenciada por uma conjunção integrante, a oração infinitiva por uma preposição e o fato de em alguns contextos a preposição não aparecer:

- (2) a. Eu penso *que* você deveria sair daqui
- b. Eu penso *em/de* fazer uma festa hoje
- c. Eu decidi estudar hoje.

Em estruturas como as em (6), é difícil atribuir uma primariedade espacial, já que a preposição possui traços gramaticais bastante específicos e funciona como um elemento subordinador, como a conjunção integrante, cujo significado é completamente gramatical. Desta forma, a questão que se levanta é como a primariedade espacial semântica explica o fato de a preposição introduzir apenas orações infinitivas e a conjunção apenas orações finitas.

2.6.2 O estruturalismo e as preposições: a contribuição de Joaquim Mattoso Câmara Junior

Mattoso Câmara Junior (1904-1970) foi um dos grandes estudiosos de língua portuguesa do século XX e contribuiu para boa parte do entendimento estrutural da língua portuguesa para a ciência linguística. Atuou como linguista e escreveu diversas obras fundamentais para o arcabouço teórico e descritivo que se tem hoje acerca do português, como a obra *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970).

De acordo com Mattoso Câmara Jr. (1970), as classes de palavras podem agrupar-se primeiramente baseando-se num critério mórfico e semântico: nome, verbo, pronome – grupo dos *variáveis*; e conectivos – grupo dos *invariáveis*.

A segunda distinção de que o autor lança mão se baseia em um critério sintático ou funcional: o nome ou o pronome podem ser substantivos, advérbios ou adjetivos, e os conectivos podem ser preposições ou conjunções. Preposições o autor classifica como conectivos que ligam palavras; conjunções, como os que ligam orações.

As classificações acima, apesar de serem encontradas em gramáticas hodiernas, são profundamente equivocadas e analisam esses ‘conectivos’ de maneira bastante superficial. Não é difícil achar contraexemplos em que uma preposição liga orações e uma conjunção liga palavras:

(3) a. Maria saiu de casa **para** comer

b. Eu **e** João fomos comprar frutas

Desta forma, apesar de ser implícito, Mattoso (1970) considera as preposições apenas como itens funcionais, já que não inclui elas na divisão que faz a respeito de classes lexicais e funcionais. O critério do qual o autor se utiliza é o de que preposições são invariáveis, e por isso seriam funcionais.

Interessante observar que preposições e conjunções de fato apresentam uma grande problemática em relação a como distingui-las, por que meios, se por critérios funcionais ou semânticos, principalmente em contextos nos quais aparentemente apresentam a mesma função, como em (4):

(4) a. Maria viu **que** Daniel saiu.

b. Maria pensou **em** sair mais tarde.

Em ambos os contextos, *que*, uma conjunção integrante, e *em*, uma preposição, funcionam como complementizadores, isto é, elementos que ligam a oração raiz à oração subordinada. A diferença reside no fato de a conjunção ligar orações subordinadas finitas; e a preposição, orações subordinadas infinitivas. Apesar de aparecerem em contextos diferentes, finitos e infinitivos, parece haver uma neutralização nas propriedades desses conectivos no tocante à construção de oração

subordinada em língua portuguesa. Esse assunto, entretanto, não será aprofundado nesse capítulo.

2.6.3 A preposição e os estudos gerativistas

Vimos anteriormente (cf. Capítulo 1) que, nos estudos gerativistas, a distinção entre preposições lexicais e funcionais adquire um estatuto teórico relevante, uma vez que permite explicar os casos em que a preposição seleciona argumento e os casos em que ocorre como uma categoria gramatical, associada ao processo de licenciamento formal do argumento de um nome ou adjetivo.

Nesta seção, apresentamos abordagens recentes da preposição, em que a dicotomia entre preposições lexicais e funcionais é retomada.

2.6.3.1 Baker (2005)

Mark Baker, autor de *Lexical Categories* (2005), considera que as preposições, ao contrário do que postulam diversos estudos gerativistas (Jackendoff 1977; Chomsky, 1981; Ouhalla, 1995) não possuem estatuto lexical, isto é, não existe a dicotomia lexical/funcional em relação às preposições.

Para o autor, todas as preposições são apenas funcionais. Baker (2005) reconhece que o grupo lexical das classes de palavras, como nome, verbo e adjetivo, tem características muito específicas, características que as preposições não possuem. Para corroborar sua tese, o autor faz referência à análise de Grimshaw (1991), que classifica a preposição como sendo um núcleo funcional na projeção estendida de nome, assumindo uma função parecida à dos complementizadores na projeção do verbo. Em análise parecida, Emonds (1985) alega que complementizadores e preposições fazem parte de um mesmo grupo funcional.

Ademais, Baker (2005) argumenta que preposições têm uma relação muito estreita com a marcação de Caso nas línguas, além de P (núcleo de PP) formar um grupo muito fechado, isto é, com poucos itens lexicais e pouco aberto a mudanças e isso ser, de acordo com o autor, característico de itens funcionais. Apesar de o inglês ter cinquenta preposições, o autor argumenta que provavelmente a língua inglesa é uma exceção, já que muitas línguas possuem menos de cinco preposições, como o mohawk e

o chichewa, e outras que possuem apenas uma preposição, como a língua wari (Everett & Kern, 1997).

Somado a esses fatores, Baker (2005) observa que as preposições não permitem derivação morfológica, fenômeno que tipicamente ocorre com categorias lexicais. Desta forma, o autor considera que as preposições não fazem parte do grupo das categorias lexicais das línguas por se afastar demais das características pertencentes a esse grupo. As preposições são, pois, funcionais.

Além de postular que preposições são por excelência itens funcionais, Baker (2005) não considera possível que a preposição faça parte da grade argumental do verbo, na realização de argumento. Em outras palavras, o autor postula que P sempre estará em um ambiente de adjunção. O fato de alguns verbos exigirem um adjunto preposicionado para a saturação de sentido não indica que de fato se trata de um argumento, já que os adjuntos obrigatórios e não obrigatórios funcionam da mesma maneira, como demonstram os exemplos de língua inglesa, a seguir:

(5) a. Chris put the book carefully in the box.

Chris cooked the meat slowly in the kitchen.

b. Which box did Chris put the book in?

Which store did Chris buy the book in?

c. (?) In which container do you know how to put explosives?

(?) In which country do you know how to buy explosives?

d. I said I'd put the book in the box, and [put the book in the box] I will!

I said I'd cook the meat in the oven, and [cook the meat in the oven] I will!

O autor nota que o constituinte *in the box* é obrigatório nas construções com o verbo *to put*, enquanto *in the kitchen* é opcional quando usado com o verbo *to cook*. Apesar da diferença, os dois termos têm distribuição igual no que se refere a movimento-Qu e a extração de ilhas, por exemplo.

Outra observação de Baker (2005) é em relação aos chamados *complementos relativos* ou *oblíquos*, como *gosto de banana, dependendo de muita gente*, em que a preposição diante do verbo é obrigatória. Para Baker (2005), esse tipo de construção não

afeta o postulado de que todo PP é adjunto no sentido de que é possível se pensar em um elemento nulo, que estaria entre o verbo e a preposição e que seria o verdadeiro argumento do verbo.

Baker busca algumas evidências para a proposição de que um adjunto obrigatório pode esconder um NP nulo (ver Baker, 2005) e uma delas é a possibilidade da frase 'on the desk seemed to stand a trophy', em que "on the desk" funciona como sujeito e, para o autor, só há possibilidade de haver um PP sujeito ao se considerar um NP nulo a ele ligado, algo como "on the desk (it) seemed to stand a trophy". Desta maneira, Baker (2005) conclui que a dicotomia obrigatoriedade/ opcionalidade em relação aos adjuntos adverbiais preposicionados se refletirá apenas na construção arbórea, em que os adjuntos obrigatórios estarão mais abaixo, isto é, perto do VP e os adjuntos opcionais estarão acima, mais longe do VP.

Essa visão se assemelha à de Cançado (2007), em que os complementos preposicionados podem ser explicados por dois meios (i) alternância sintática ou (ii) diacronia da língua, de acordo com os exemplos abaixo:

(6) a. Eu me preocupo *com* você > Você me preocupa

b. Eu pactuo com ela > Eu pactuo planos com ela (diátese arcaica, e possível até os dias de hoje)

Em (a), há a preposição que aparece como marcador morfológico de alternância sintática (sujeito para objeto, e vice-versa) e em (b) a preposição aparece como resquício de antiga adjunção, ou de dativo, também entendido por Cançado (2007) como um adjunto. A autora argumenta que em casos como *ela gosta de vinho* a diátese do verbo *gostar* seguido de adjunto é tão antiga, que apenas o estudo diacrônico é capaz de recuperar.

Retomando Baker (2005), o autor não observa, entretanto, que o fato de um elemento mórfico poder ocupar dois 'lugares' na árvore não é algo 'banal'. Essa observação força uma reinterpretação em relação ao estatuto desse elemento mórfico. A partir do momento em que esse constituinte, o PP, pode ocupar outros locais na projeção sintagmática da oração, sem haver movimento, esse elemento está sendo interpretado na gramática como pertencente a um nível específico e isso tem

consequências em relação a como analisar o PP, isto é, trata-se de um elemento que tem duas funções distintas dentro da árvore.

Outro problema que surge na análise de Baker (2005) é o fato de o autor ter analisado apenas PPs ligados a verbos e não a adjetivos e nomes, como *estou surpreso com a festa* e *ela tem orgulho de todas vocês*. Se não existe PP como complemento, como o autor analisaria as construções acima? Como é possível pensar em um argumento NP nulo seguido de N ou A ?

Ademais, ao se observar os contextos de complementação oracional, como abaixo, surgem algumas questões em relação a categorizar o PP apenas como adjunto:

(7) a. Pensei de/ em fazer um bolo= Pensei nisso

b. Pensei sem aquela multidão ao lado/ com outras pessoas/ desde cedo =
*Pensei nisso, *Pensei isso

(8) a. Estou feliz de/em te ver =Estou feliz com isso

b. Estou feliz sem você/ desde manhã/ entre elas= *Estou feliz com isso

Em (7/8a), o contexto permite flutuação das preposições *de* e *em* e um pronome pode substituir toda a oração, algo que só ocorre com NPs argumentais. Nos exemplos (7/8b), o pronome não é capaz de substituir as orações introduzidas por P e não há possibilidade de flutuação preposicional sem que não haja mudança de sentido.

Por conseguinte, analisar as diferenças entre os PPs simplesmente como superficiais, no sentido de que não acarretam mudança categorial e sintática, e julgar o fato de que podem aparecer em duas posições distintas na árvore como algo irrelevante não responde aos questionamentos levantados nas linhas anteriores no tocante ao funcionamento da preposição.

Somado a esse problema, o estatuto unicamente funcional da preposição não explica como uma preposição pode ser argumental ao verbo/nome e não-argumental em outros contextos, como demonstrado nos exemplos que o autor não apresentou ou respondeu de maneira insatisfatória.

2.6.3.2 Froud (2001)

Karen Froud (2001), pesquisadora e autora do trabalho *Prepositions and the lexical / functional divide: aphasic evidence*, investiga como se processa a leitura de diferentes tipos de preposição em um paciente afásico, chamado MC.

O trabalho de Froud (2001) visa considerar a noção de categorial funcional com referência a investigações de déficits afásicos. A pesquisa baseia-se em investigações de MC, portador de múltiplos déficits afásicos. MC tem muita dificuldade em ler itens funcionais e tem a capacidade de ler subcategorias substantivas, mesmo as de baixa frequência, em seu discurso espontâneo, em que é capaz de usar muitas categorias funcionais de modo adequado.

A investigação de Froud (2001) é feita por meio de testes de leitura de palavras isoladas, isto é, fora de contexto, justamente para testar se MC consegue ler tais palavras sem que haja um contexto que possa favorecê-lo.

Na leitura de 684 palavras de função, MC apresentou 78,82% (546) de erro de substituição por outra palavra funcional e apenas 12,13% (83) de acerto, nos outros casos, ou não respondeu, ou respondeu usando um substantivo não relacionado. A leitura de nomes (substantivos, verbos e adjetivos) foi correta em 84,31% do casos (661 palavras lidas em um total de 784). A maioria dos erros em substantivos são erros de afixação. Estes dados fornecem um forte argumento para uma dissociação entre funcional e lexical, um resultado que confirma estudos prévios também com afásicos, como no caso do estudo seminal de Jakobson.

Por conseguinte, MC tratava todas as preposições como itens funcionais, já que cometia os mesmos erros de substituição que cometia quando diante de itens funcionais por excelência, como complementizadores. Entretanto, quando a preposição aparecia num contexto, MC conseguia ler com muito mais facilidade. E esse tipo de resultado ocorria tanto com preposições ou locuções prepositivas com mais carga semântica (*in front of, over, behind*) quanto com aquelas que possuem pouco significado ou são mais abstratas (*of*).

Com o objetivo de observar melhor os resultados, Froud (2001) distinguiu dois tipos de contextos: usando itens lexicais com a mesma morfologia, distribuiu cada item em um contexto funcional ou lexical, como demonstrado abaixo:

(9) a. behind the elephant

b. the behind of the elephant

(10) a. in front of the house

b. the front of the house

Em face dessas estruturas, MC conseguiu ler de maneira satisfatória apenas as sentenças (9/ 10b), cometendo os mesmos erros que havia cometido, quando diante de substantivos, adjetivos, isto é, categorias lexicais. MC, por outro lado, leu as sentenças (9/10a) manifestando os mesmos erros que havia cometido quando diante de itens funcionais em contextos isolados: MC substituiu um termo funcional por outro, sem estabelecer distinção.

A autora conclui que, diante dos resultados obtidos na leitura de MC, existe de fato uma separação entre preposição funcional e lexical. Entretanto, essa diferença não parece vir diretamente do léxico e aparece tão-somente no contexto. MC conseguia reconhecer as preposições apenas quando usadas em um contexto definido, mesmo aquelas que possuem carga semântica forte.

Diante desses resultados, é possível que, para a gramática de MC, as preposições sejam itens funcionais primordialmente, mas podem adquirir estatuto lexical quando inseridas em um contexto que licencie essa interpretação.

2.7 Considerações parciais

Como visto neste capítulo, a preposição não foi um assunto muito abordado nos primeiros estudos linguísticos e, durante muito tempo, não houve sequer menção aos estatutos distintos que a preposição pode assumir dentro da estrutura linguística, particularmente da língua portuguesa.

É possível afirmar, portanto, que a distinção lexical/funcional em relação às preposições é um assunto novo nos estudos linguísticos, levando-se em conta toda a história dos estudos gramaticais das línguas do mundo. Por muito tempo, só se analisou a preposição com base na morfologia. Menos de cem anos para cá, é que houve de fato um aprofundamento no estatuto semântico da preposição e qual função ela exerce na estrutura gramatical.

Ademais, convém observar que o estatuto funcional sempre foi o mais levado em conta desde os primórdios dos estudos linguísticos e gramaticais. O estatuto lexical, apesar de hoje amplamente difundido como pertencente à natureza da preposição, principalmente a partir de Jackendoff (1977), ainda é passível de questionamento diante de muitos autores, inclusive gerativistas, como Baker (2005).

É de se pensar, portanto, com base em estudos como os de Froud (2001), que a distinção lexical/funcional por si só não é suficiente para explicar o comportamento ambíguo das preposições, necessitando haver mais estudos sobre a natureza da desses elementos na relação com outras categorias, e sobre quais propriedades os itens funcionais carregam no léxico universal. Desta forma, a distinção, da forma que está contemplada na atual literatura, não responde aos questionamentos levantados nesta dissertação.

CAPÍTULO 3

Categorizando a preposição e o infinitivo: preposições introdutoras de orações infinitivas

Neste capítulo, propomos fazer a discussão a respeito do estatuto da preposição em ambientes de oração infinitiva, no que concerne às propriedades morfossintáticas envolvidas. Em particular, investigamos a hipótese de haver marcação de Caso por meio das preposições nesses contextos, conforme proposto em estudos prévios. Desta forma, apresentamos uma discussão sobre a hipótese de marcação de Caso em orações infinitivas, investigando a hipótese de haver uma preposição marcadora de Caso e uma preposição não-marcadora de Caso, e o que isso acarreta para a análise das propriedades formais da preposição e do infinitivo.

As consequências dessa análise podem ser inúmeras: admitir que nem todas as preposições funcionais são marcadoras de Caso; categorizar o infinitivo ou como nome, ou como verbo; compreender quais os traços que as preposições não-marcadoras de Caso carregam e questionar-se a respeito de orações infinitivas em que não aparece a preposição.

3.1 A preposição em ambientes de oração infinitiva: há marcação de Caso?

Como explicado no capítulo 1 desta dissertação, Salles (1992) observou que, no português, as preposições que encabeçam DPs/NPs se comportam de maneira diferente daquelas que introduzem orações infinitivas, como demonstrado a seguir:

- (1) a. Tenho interesse **em** inglês.
b. Tenho interesse **em/de** estudar inglês.

- (2) a. Maria se surpreendeu **com** a festa.
b. Maria se surpreendeu **em/de/?com** ter uma festa só para ela.

(3) a. Márcio está feliz com a festa.

b. Márcio está feliz **de/em** ter uma festa só para ele.

Ao observar os exemplos acima, vê-se que a preposição que encabeça os DPs/NPs não apresenta flutuação, enquanto as orações infinitivas licenciam um contexto em que se observa a flutuação da preposição, principalmente entre as preposições *de/em*. É possível ainda a construção *Márcio está feliz por ter uma festa só para ele* para (3b). Nesse caso, é possível também questionar quanto a se há diferença semântica entre *Márcio está feliz de/em ter* e *Márcio está feliz por ter*. Esse questionamento, entretanto, não é objeto de discussão neste trabalho e fica como convite de pesquisa para quem se interessar pelo tema.

Vê-se, por conseguinte, dois comportamentos distintos de preposições funcionais: em alguns contextos aparecem mais ‘rígidas’ e em outros aparecem abertas a flutuações.

Propõe-se, com base nos dados demonstrados, que a preposição que aparece em contextos de oração infinitiva seja funcional, embora não seja marcadora de Caso, apesar de ser admitido na literatura que preposições funcionais sejam marcadoras de Caso. O que se admite, portanto, é que apenas as preposições que aparecem em contextos como (1a), (2a), e (3a) sejam marcadoras de Caso, como admitido em Chomsky (1981; 1986) (cf. Capítulo 1), e autores que se inspiraram na dicotomia proposta por essa autora, como Salles (1992), Ouhalla (1994), entre muitos outros.

Nossa hipótese de trabalho é a de que admitir que a preposição introdutora de oração infinitiva, embora funcional, não seja marcadora de Caso implica reconhecer o infinitivo como uma categoria não-nominal, além de forçar a análise da preposição como possuidora de traços diversos da marcação de Caso. E é sobre essas duas implicações que trataremos neste capítulo.

3.2 O infinitivo: categoria nominal ou verbal?

Há muito se discute, tanto no âmbito da gramática tradicional, quanto no âmbito linguístico, a respeito do estatuto categorial do infinitivo. Nas gramáticas tradicionais, o *infinitivo* é analisado como uma *forma nominal do verbo*, junto com outras duas, a saber: o gerúndio e o particípio.

Mas o que significa dizer que uma categoria verbal tem uma forma nominal? É uma categoria que pode projetar um sintagma nominal e um sintagma verbal? Assumindo-se a coexistência da forma verbal e nominal, como captar a relação entre as duas categorias?

Questões como essa norteiam este estudo no sentido de categorizar o *infinitivo* e observar o que acarreta sintaticamente analisá-lo como um sintagma verbal e como um sintagma nominal, nos diferentes contextos sintáticos. Para tanto, examinamos as propriedades que distinguem as categorias nome e verbo, conforme proposto nos estudos formais, buscando relacioná-las ao fenômeno em estudo. Na discussão, tomamos a preposição como referência na investigação das propriedades categoriais e formais do infinitivo.

Tradicionalmente, as formas nominais do verbo se referem às noções de substantivo, adjetivo (Bechara 2008; Cunha & Cintra 2002). Por esse motivo, a categoria ‘nome’, no âmbito da gramática tradicional, pode se referir a essas duas classes de palavra. Entretanto, para este trabalho, ‘nome’ se referirá apenas à classe dos substantivos, isto é, aos núcleos de sintagmas nominais (doravante NPs).

Dentro da teoria linguística de base gerativa, encontra-se a definição de Chomsky (1970) a respeito do estatuto das chamadas classes gramaticais ou partes do discurso, a qual se baseia na combinação dos traços [+/-N] e [+/-V]:

- (4) a. +N –V = Nome
b. –N + V = Verbo
c. +N + V = Adjetivo
d. –N – V = Adposição

Todavia, para Baker (2004, p.2, tradução nossa), a teoria chomskyana das categorias gramaticais baseada nesse sistema de traços é “amplamente reconhecida por

não ter quase nenhum conteúdo na prática (...) na medida em que quatro são dois ao quadrado, dois traços independentes são suficientes para distinguir quatro categorias.”⁵ Assim, Baker (2004) sustenta a hipótese de que tão-somente dois traços são suficientes para caracterizar e discriminar as quatro categorias ao observar que, no grupo das quatro categorias, pode-se dividi-las em dois subgrupos, a partir de características/comportamentos sintáticos semelhantes, como os adjetivos e as preposições, os únicos capazes de modificar nomes e poderem ser precedidos de frases que indicam medida:

(5) a. The man **in the garden**/ the man **responsible**⁶

b. It is **three yards** long/ He went **three yards** into the water

Considerando os dados em (5), o autor observa que a distinção feita por Chomsky (1970) não é consistente no sentido de não atentar para o fato de que categorias como N e V podem formar um grupo com características iguais tanto quanto A e P, formando duas grandes classes naturais.

Na tentativa de minimizar esses problemas, Baker (2004) distingue as categorias nominais e as categorias verbais em dois grandes grupos de classes naturais. O primeiro grupo - os nomes -, o autor os identifica como tendo índice referencial, pois têm critério de identidade. Por ‘critério de identidade’, entende-se o padrão pelo qual duas coisas podem ser vistas como sendo as mesmas ou não, muito além de terem uma existência no ‘mundo real’.

Geach (1962), apud Baker (2004, p.101), ilustra esse critério a partir da fórmula “X é o/a mesmo/mesma _____ que Y”, em que o espaço em branco só pode ser preenchido por uma categoria nominal. Além disso, a categoria nominal, para o mesmo autor, é entendida como sendo a única perto da qual se pode colocar artigos definidos ou indefinidos, a única que pode ser antecedente de pronomes, tais como os reflexivos e vestígios de movimento (*traces*). Essa definição é a que acreditamos pertinente para uma boa definição de nome e que teremos como base para este trabalho.

⁵ “But this theory is widely recognized to have almost no content in practice (...) Since 4 is 2², two independent binary features are enough to distinguish the four categories.”

⁶ (3) a. O homem no jardim/ O homem responsável

b. São três jardas de distância/ Ele foi a uma profundidade de três jardas na água.

Para a categoria ‘verbo’, apesar de já haver definições semelhantes (cf. Croft 1991; Jackendoff 1977), o autor defende que são itens lexicais *licenciadores de sujeito* por natureza, propondo a fórmula abaixo:

(6) X é um verbo se, e somente se, X for uma categoria lexical e X tiver um especificador.

Apesar de outras categorias poderem ter especificadores, como demonstram os exemplos em (7), em que o complemento oracional finito (cf. 7a) é contrastado com o complemento não-oracional (DP) (cf. 7b), sendo identificadas posições de especificador em ambos os casos (realizadas pelos DPs *Sue* e *John*, respectivamente), o autor observa que os verbos licenciam especificadores de uma maneira diferente de outras categorias, pois manifestam relação sintático-semântica com a categoria tempo/ aspecto:

- (7) a. I predict that Sue will beat Susan (tempo licenciando especificador)⁷
b. I like John’s house (determinante genitivo licenciando especificador)

Em termos teóricos (cf. Chomsky 1995, citado por Baker op. cit.: 25), a hipótese é a de que a categoria de tempo licencia o sujeito por meio de movimento: algum constituinte contido no interior do sintagma na posição de complemento de T (VP) se move e se transforma em especificador de T.

Quanto ao verbo, o licenciamento desse especificador é feito por *external merge* em uma combinação direta com outro constituinte. Isso significa que o verbo atribui o papel temático ao seu especificador, papel temático este que pode variar de acordo com o tipo de constituinte que complementa o sintagma verbal. Ademais, o verbo é uma categoria lexical, enquanto as outras que podem licenciar especificador são todas categorias funcionais.

Desta forma, Baker (2004) adota as seguintes definições para as categorias nome e verbo, retomadas a seguir:

⁷ (5) a. Eu prevejo que Sue vá vencer Susan
b. Eu gosto da casa de John.

- (8) a. Nomes têm índice de referência e possuem critério de identidade.
b. Verbos são categorias lexicais e licenciadoras de sujeito (especificador).

Admitidas as duas classificações acima, analisemos as estruturas de infinitivo a seguir:

- (9) a. Andar me faz bem
b. O andar dela me incomoda
c. Comer muita melancia não me satisfaz
d. Maria comer muita besteira me incomoda.
e. Estou surpreso em/ de ver você aqui.
f. Estou surpreso em/ de você vir aqui

Encontram-se em (9) alguns contextos em que aparece a forma infinitiva a fim explorarmos ao máximo seu estatuto categorial. Em (a), uma hipótese é analisar o infinitivo como um nome, ao se considerar que exista um D nulo; no entanto, quando se põe o artigo, a leitura parece ficar deteriorada – ?*O andar me faz bem*. A outra hipótese é que se trata de um verbo, o que parece viável, pois é possível demonstrar a existência de um argumento externo implícito, conforme se depreende da possibilidade de esse argumento ligar um adjunto adverbial orientado para o sujeito – como em *Andar deliberadamente me faz bem*.

Ao considerar a forma infinitiva em (a) como verbo, a partir do critério da presença do argumento (externo) implícito, pode-se assumir que esse argumento está presente na projeção do VP, o que está de acordo com a hipótese de que existe uma categoria pronominal nula – PRO – na posição de especificador do nó em que se encontra o infinitivo, a qual satisfaz o EPP (*Extended Projection Principle*), que postula que toda oração deve ter sujeito (Chomsky, 1982). :

(9a) Andar me faz bem.



Essa análise vai ao encontro da definição de Baker (2004) para definir um item como um nome: critério de identidade e índice de referência. Pode-se pensar que a presença do índice referencial implica que seja possível inserir esse item na projeção de um DP, já que essa categoria torna os itens do léxico passíveis de ter índice de referência e, por conseguinte, identidade.

Em relação ao item (b), constata-se que retirar o artigo torna a frase agramatical, já que o PP adjunto *dela* torna obrigatório o uso do artigo antes do infinitivo **Andar dela me incomoda*. Desta forma, considera-se a forma infinitiva em (a) como verbo, já que projeta um especificador, e a forma infinitiva em (b) como nome, por estar num nó de DP e ter um critério de identidade. Essa questão será retomada no Capítulo 4.

Em (c) e (d), o item ‘comer’ exibe uma grade argumental: em (c) aparece com o argumento interno ‘melancia’, na posição de complemento, e em (d), além do argumento interno ‘muita besteira’, na posição de complemento, ocorre o argumento externo ‘Maria’, na posição de especificador.

É interessante notar que (c) e (d) admitem a presença de D – *O comer melancia me satisfaz/ O comer^{mos} melancia nos satisfaz*. Uma forma de analisar esses casos é supor que há uma expressão elíptica como “o fato de”: *O fato de comer muita melancia me satisfaz/ O fato de Maria comer muita besteira me incomoda*, que permite reter a análise de que ‘comer’ é um verbo, já que a categoria D (artigo), nesse caso, introduziria o nome elíptico (e não ao item ‘comer’).

No entanto, a sentença precedida de D com o especificador projetado é agramatical **O Maria comer muita besteira me incomoda*. A impossibilidade de nominalização nesse exemplo parece se dar por causa do bloqueio que o especificador explícito provoca na sentença.

Desta forma, pode-se concluir que, quando a posição de especificador da forma infinitiva é projetada, a possibilidade de inseri-la na estrutura do DP, com a expressão do tipo ‘o fato de’ elíptica não está disponível. Essa possibilidade só ocorre quando a posição de especificador não está projetada: *O comer(mos) muita besteira me incomoda* = *O fato/ato de comer muita besteira me incomoda*. Essa questão será retomada no Capítulo 4.

É interessante notar que, em (e) e (f), a expressão encaixada com o infinitivo não pode ser inserida na projeção de D: *Estou surpreso em/ de/ com (*o) ver você aqui*; *Estou surpreso em/ de/ com (*o) você vir aqui*. Essa restrição interage com os resultados do estudo de Machado (2011), que demonstrou a impossibilidade de haver flutuação da preposição quando o infinitivo é precedido de D:

- (10) a. Estou surpreso **em/de/com** errar hoje.
b. Estou surpreso **com** o seu errar/ *Estou surpreso **do/ no** seu errar
c. Estou surpreso **com**/*do/*no seu erro
- (11) a. Tenho interesse **em/de** te ver.
b. Tenho interesse **no** seu andar/***do** seu andar.
c. Tenho interesse **no**/*do assunto

Como se pode observar nos exemplos em (10) e (11), a preposição não é aberta a flutuações quando há um D explícito, dando evidências de que forma infinitiva na projeção de D é um nome nesses contextos, e naqueles em que existe flutuação na escolha da preposição, o infinitivo é um verbo.

Outra evidência levantada em Machado (2012) de que a forma infinitiva é verbo em contextos como (e) é o fato de se poder colocar um sujeito explícito nas orações encaixadas sem que a flutuação preposicional seja prejudicada.

- (12) a. Eu estou feliz de/em [**você** ver o filme.]/ [(**eu**) te ver.]
b. Tenho receio de/em/ [**você** encontrar as meninas aqui.]/ [(**eu**) achar alguém diferente.]

Admitindo-se que verbo é um item lexical capaz de licenciar uma posição de especificador (Baker, 2004) e que o infinitivo em português possui flexão de pessoa, que é típica de verbos, admite-se que a forma infinitiva nos contextos de (e) é um verbo.

Levando em consideração as observações acima, conclui-se que a preposição que introduz as orações infinitivas não é marcadora de Caso, já que só se marca Caso em nomes (Chomsky, 1981). Ademais, o infinitivo em português é, na maioria dos contextos observados, um verbo.

Desta forma, por carregar flexão de pessoa e número, não nos parece razoável rotular o infinitivo do português como uma “forma nominal”, já que o infinitivo como nome aparece em contextos bastante restritos, sendo sua “nominalização” similar à de qualquer outro item lexical da língua, como ilustrado a seguir:

- (13)a. O belo me fascina.
- b. O bom me comove.
- c. Os prós e os contras persistem.
- d. O não é proibido.

Na próxima seção, passamos a examinar as propriedades da preposição introdutora de orações, a fim de investigar suas propriedades formais e distribucionais.

3.3 A preposição introdutora de orações infinitivas: aspectos formais e distribucionais.

3.3.1 A análise de Kayne (2000)

Kayne (2000) analisa as preposições introdutoras de oração em algumas línguas e classificou esses itens funcionais como *licenciadores de oração infinitiva*, considerando a forma infinitiva como sendo um NP, seguindo a análise de Raposo (1987).

O autor defende a ideia de que a oração infinitiva é um NP por se poder colocá-la numa projeção DP, algo que não pode ocorrer, por outro lado, com formas finitas. Para o autor, a preposição introdutora de oração infinitiva não é marcadora de Caso pelo fato de o infinitivo ser uma categoria do tipo NP, e não DP.⁸ Nesse aspecto, Kayne diverge de Raposo (1987, citado pelo autor), demonstrando que a oração infinitiva pode ocorrer como complemento de nomes e adjetivos (como em ??*Sono certo esser tu migliore/ I-am certain be-inf. you better*, citado em Kayne (2000: 284), os quais não atribuem Caso. Assim, o autor adota a distinção entre NP e DP, tal como formulada em Abney (1987, citado pelo autor), postulando que as propriedades nominais do infinitivo estão codificadas na projeção NP. Além disso, assume que o Caso é exigido por DPs, não NPs, o que permite dispensar a vinculação entre a preposição introdutora da oração infinitiva e o Caso.

A preposição, nesses contextos, de acordo com Kayne (2000) funciona como um núcleo sintático *complementizador*, que introduz orações infinitivas independentemente de o verbo pedir ou não preposição. O autor lança mão de exemplos em francês para corroborar sua ideia, como demonstrado em (14), com a contraparte em português, em que o contraste é o mesmo:

- (14) a. Jean a oublié ses gants
Jean esqueceu suas luvas
b. Jean a oublié *(de) mettre ses gants
Jean esqueceu de colocar suas luvas

Desta forma, é possível confirmar que a preposição introdutora da oração infinitiva não é selecionada pelo verbo, e sim pela oração infinitiva, algo como uma manifestação morfológica para o licenciamento da oração infinitiva.

Kayne (2000) sustenta a hipótese de que o infinitivo seja uma categoria nominal com base nos exemplos em português encontrados em Raposo (1987), em que

⁸ Agradeço à Profa. Patrícia Rodrigues (c. p.) por ressaltar que a argumentação de Kayne (2000) quanto à ausência de marcação de Caso na oração infinitiva baseia-se na hipótese de que essas construções são NPs e não DPs – sendo a marcação de caso exigida pelo DP (e não pelo NP).

a preposição introdutora de infinitivo é obrigatória apenas quando seguida de nome e adjetivo (cf. 15a-b). Quando seguida de verbo, a preposição não ocorre (cf. 15c):

- (15) a. desejo *(de) cantar
- b. desejoso *(de) cantar
- c. Ela deseja cantar

Como demonstram os exemplos em (15), a preposição é obrigatória apenas em (a) e (b), algo que permite ao autor concluir que o infinitivo é um NP, já que apenas a categoria nome e adjetivo necessitam de uma preposição para marcar o Caso do NP na posição de complemento.

Entretanto, há duas questões adicionais a serem observadas com dados do português, que confirmam o contraste observado em (14). Conforme mencionado anteriormente, quando a preposição introduz oração infinitiva, tem-se flutuação de preposições, o que não ocorre com o complemento não-oracional:

- (16) a. Tenho desejo de/ em cantar.
- a'. Tenho desejo disso/ *nisso.
- b. Tenho desejo de/*em chocolate.
- b'. Tenho desejo disso/ *nisso.

Esse padrão se repete com verbos que selecionam complemento preposicionado: se o complemento é oracional, ocorre a flutuação da preposição, mas não se o complemento é não-oracional—:

- (17) a. Pensei Ø/ de/ em fazer um bolo hoje
- a'. Pensei Ø isso/ nisso/ *disso.
- b. Me preocupei de/ em/ com ir muito cedo.
- b'. Me preocupei com isso/ *disso/ *nisso.
- c. Me surpreendi de/ em/ com ver você.
- c'. Me surpreendi com isso/ *nisso/ *disso.

É possível pensar, portanto, que apesar do fato de a preposição introdutora de oração infinitiva ser obrigatória quando selecionada por nome ou adjetivo, é possível supor que esse fenômeno se dê por motivo diverso ao de marcação de Caso.

Do ponto de vista translinguístico, Kayne (2000) observa que, no italiano, os infinitivos não podem ser introduzidos por preposições diferentes de *à/a de/di*, conforme demonstram os exemplos em (18):

- (18) a. Contavo *su/ di essere onesto
b. *La sua fortuna consiste *in/ di avere molti amici

O que os exemplos acima demonstram é que a oração infinitiva seleciona uma preposição diferente daquela que o verbo seleciona, embora haja por vezes coincidência. Desta forma, corrobora-se a ideia de que a preposição apareça por motivos diversos aos de marcação de Caso e seja uma manifestação morfológica de algum traço da oração infinitiva ou que o verbo e o nome selecionam.

Os exemplos em (18) do italiano podem ser comparados ao português, já que a preposição introdutora do NP/DP não é necessariamente aquela que aparece no contexto de oração infinitiva, conforme ilustrado em (17) (cf. Salles, 1992):

Esses dados corroboram a ideia de que a preposição em contexto de oração infinitiva não é marcadora de Caso e se assemelha a um núcleo funcional do tipo complementizador. Kayne (2000) reforça essa ideia ao observar, citando dados de Cinque (1990), que no italiano as orações infinitivas subjetivas não são introduzidas por preposição, mesmo quando aparecem numa ordem em que se esperaria a oração completiva, enquanto as preposições introdutoras de oração infinitivas em configuração ergativa são obrigatórias, isto é, em contextos em que o argumento externo é de fato um argumento interno, independentemente da posição em que ocorrem, como demonstram os exemplos em (19) e (20):

- (19) a. (*Di) cercarlo comporta dei rischi
b. (*Di) cercarlo, credo che comporta dei rischi
c. Comporta dei rischi (*di) cercarlo

- (20) a. Gli ho chiesto *(di) aiutarme
b. *(Di) rimanare, credo che no gli sai stato chiesto.

Salles (2007) observa que o paralelo do italiano não é completo nem com o português, nem com o francês e apresenta os exemplos em português para confirmar a afirmação. No entanto, destaca ser relevante a possibilidade de inserir a preposição nos contextos em (21b(i-ii)), apesar de não ser obrigatório.

- (21) a. i. (*De) procurá-lo comporta risco
ii. Comporta risco (?de) procurá-lo
b. i. Não lhe foi pedido (para) ficar
ii. (Para) ficar (creio que) não lhe foi pedido

Ressalta-se ainda que, em contextos em que aparece a cópula, é comum que a oração infinitiva seja introduzida por preposição em português:

- (22) a. É muita cara de pau **de**le vir aqui hoje
b. É audácia demais **de**la achar que é dona dessa casa.

Em relação a (21a, ii), *não comporta risco (?de) procurá-lo*, julgado pela autora como dado incerto, não parece ser uma construção possível em nosso julgamento. Sendo assim, considera-se que o julgamento adequado exclui a inserção da preposição, como em *não comporta risco (*de) procurá-lo*. Mantém-se, assim, o paralelo com os dados do italiano em (19a-c)..

O dado *não comporta risco de procurá-lo* é aparentemente possível apenas levando-se em conta que a oração ‘procurá-lo’ seja complemento de *risco*, em que o sujeito de ‘comporta’ é nulo, tal como ocorre em frases como “parece que ele é muito nervoso” ou “urge que ele apareça hoje”.

Kayne (2000) por fim toma a assimetria entre estruturas infinitivas e as estruturas DP (em posição de complemento) como um argumento em favor da hipótese de que a oração infinitiva não ocorre na posição de complemento da preposição

complementadora, e propõe um modelo formal para a derivação dessa construção. Para tanto, apresenta a derivação em (22) para o exemplo *Gianni ha tentato di cantare*, propondo que o primeiro ‘merge’ concatena o verbo ‘tentato’ e o infinitivo ‘cantare’::

- (22) ...tentato cantare → concatenação de di
...di tentato cantare → atração do IP infinitivo por di
...cantare_i di tentato t_i → concatenação de W e atração de di por W
...[tentato t_i]_k di_j + W cantare_i t_j t_k

A derivação acima pode ser formulada em termos gerais para as construções que envolvem preposição complementadora, conforme Kayne (2000) nos apresenta:

- (23) a. o IP infinitivo é concatenado com o verbo matriz, não com di;
b. di entra na derivação subsequente;
c. di atrai o IP infinitivo para seu Spec;
d. Di então move-se para um núcleo W, imediatamente acima;
e. (Di+)W então atrai o VP para seu Spec.

Kayne (2000) observa que a o movimento de *di* para o núcleo W, possivelmente o núcleo onde se realiza o tópico, é opcional e, portanto, varia de língua para língua, o que explica poder haver em italiano construções como *Di capire ha tentato tante volte*. O autor ainda observa que existe um problema em relação ao possível estatuto nulo da preposição, já que não é consenso que, em frases como “ele detesta andar de avião”, “eu decidi procurar ele” (versão em português para os exemplos do autor em italiano) exista uma preposição nula ou não.

Desta forma, Kayne (2000) contribui para o entendimento das estruturas com preposições introdutoras da oração infinitiva ao propor uma configuração que as distingue daquelas em que o complemento é um DP. O ponto questionável da análise de Kayne (2000), e que permanece em aberto, é como a oração infinitiva receberia Caso, já que o autor assume que o infinitivo é categoria nominal.

Passamos a discutir o estudo de Nunes (2008), em que são abordadas algumas questões relevantes para o presente estudo.

3.3.2 A análise de Nunes (2008)

Nunes (2008) discute o estatuto das preposições introdutoras de infinitivo em um estudo intitulado *Preposition insertion in the mapping from spell-out to PF*. Apesar de esse estudo não ter como foco a análise sobre as preposições em orações infinitivas, o autor traz algumas questões relacionadas a esse assunto.

Nunes (2008) parte da análise de Raposo (1987), em que o infinitivo é considerado uma categoria nominal e por isso recebe Caso. O autor recorre à teoria do Caso (Chomsky 1981; 1986) para defender a ideia de que a preposição introdutora de oração infinitiva é marcadora de Caso, como demonstram os exemplos em (24):⁹

- (24) a. O rapaz receia **(*de)** chumbar o exame.
- b. O receio ***(de)** chumbar o exame.
- c. O rapaz está receoso ***(de)** chumbar o exame.

De acordo com os postulados da teoria do Caso, como explicado no capítulo 1 (seção 1.5.1), as categorias nome e adjetivo não são capazes de realizar o Caso do NP que selecionam tematicamente, na estrutura D, e por isso necessitam de uma preposição que assume o papel de realizador de Caso, na estrutura-S. Nunes (2008) assume que, por esse motivo, as construções (24b-c) são agramaticais sem a preposição funcional. Já a categoria verbo, em (24a), é capaz de realizar Caso, não necessitando de preposição que o realize, daí a construção sem a preposição ser, de acordo com o autor, gramatical na língua portuguesa.

Para reforçar a ideia de que o infinitivo é uma categoria nominal, Nunes (2008) recorre ao inglês antigo e observa que o infinitivo, quando introduzido pela preposição

⁹ Convém observar que o autor utiliza da teoria do Caso num estudo explicitamente com bases minimalistas. Argumenta a favor de uma análise moderna mas usa de um aparato teórico antigo ao mesmo tempo. É importante frisar que o programa minimalista e a teoria de regência e ligação postulam visões diferentes a respeito da linguagem, não podendo ser ‘misturadas’ em um único estudo.

‘to’, manifesta o sufixo *-anne* e *-enne*, com a função de marcar o Caso Dativo . O autor propõe que no inglês moderno esse morfema tenha se tornado nulo, argumentando a favor da hipótese de que o infinitivo é uma categoria nominal.

Entretanto, a análise do autor não levou em conta o fato de que, em português, a forma infinitiva pode carregar flexão de número e pessoa, e licenciar sujeito lexical, o que permite supor que seja, nesses contextos, uma categoria verbal, como proposto na seção anterior (cf. também Machado (2012)).

Outro problema que se pode depreender da análise de Nunes (2008), baseada em Raposo (1987), é o fato de não ter observado a diferença de comportamento entre a preposição que encabeça NP/DP e a preposição que encabeça a oração infinitiva. Se ambas são realizadoras de Caso, por que apresentam disparidade de comportamento quanto à possibilidade de flutuação, referida anteriormente?

- (25) a. O receio **de/em** chumbar o exame/ receio **com**/*do/*no exame
b. O rapaz está receoso **de/em** chumbar o exame/ receoso **com**/do/*no exame

Ademais, a preposição introduz, e às vezes obrigatoriamente, a oração infinitiva em português:

- (26) a. Me preocupei em/de estudar muito hoje.
b. Eu me surpreendi dela estar aqui.

E em alguns casos, é opcional o uso:

- (27) a. Maria decidiu (de) fazer o teste hoje.
b. Daniel receia (de/em) ir lá sozinho.
c. Vou sugerir (de/em) fazer a festa amanhã.

O que os dados nos mostram, portanto, é que a Teoria do Caso não resolve os problemas encontrados nas análises das preposições introdutoras de oração infinitiva.

Desta forma, Nunes (2008) não responde às questões pendentes em relação ao comportamento desigual da preposição funcional nos contextos apresentados.

3.3.3 Dialogando com o estudo de Salles (2007)

Salles (2007), em trabalho intitulado *Preposições complementadoras: distribuição e propriedades sintático-semânticas*, analisa contextos em que a preposição aparece, considerando especialmente aqueles em que há realização lexical do sujeito da oração subordinada em referência disjunta ao da oração matriz.

(28) a. Meu partido vai defender do voto ser aberto.

b. Eu disse para ela sair do quarto.

A proposta que a autora apresenta para a análise das construções é a de que a preposição está no domínio de C associado à finitude. Tal análise vem da postulação de que C é uma categoria funcional, que carrega traços tanto de força ilocucionária quanto de finitude (cf. Rizzi, 1997).

(29) [CP_{force}/tipo de oração ... [CP_{fin}....

Desta forma, de acordo com a autora, enquanto o CP mais alto é analisado como o *locus* para a codificação de orações introduzidas por *que*, *se*, o núcleo mais baixo é o *locus* para a introdução de preposições ditas complementadoras.

O estudo de Salles (2007) investiga a hipótese de que a preposição complementadora seja uma categoria licenciadora da referência disjunta do sujeito da oração encaixada em relação ao sujeito da oração matriz, em dados como (28b), em que a preposição é obrigatória – **Eu disse ela sair do quarto*. Esse fenômeno é referido nos estudos gerativistas como efeito de *obviação*, que é a possibilidade de licenciamento da referência disjunta do sujeito dos dois predicados.

A preposição *para* seria, portanto, um marcador do efeito de obviação no português brasileiro, conforme se depreende do contraste com *Eu disse sair (sempre) do*

quarto às 10h, em que, na ausência da preposição, o sujeito da oração infinitiva é correferencial com o sujeito da oração principal

Para justificar a possibilidade de ausência da preposição em dados como (28a), a autora recorre ao fato de que em português existe infinitivo flexionado, o qual licencia o caso nominativo (independentemente da preposição). Quanto ao fato de se poder colocar a preposição nesse contexto, a autora argumenta que esse fenômeno remete à situação de flutuação encontrada translinguística e diacronicamente. Desta forma, a autora sugere que a presença/ausência da preposição se dê por motivos apenas de flutuação em contexto de oração infinitiva encaixada.

Nos contextos com o verbo ‘dizer’, em que a oração infinitiva é introduzida pela preposição *para*, a autora propõe que a preposição codifica a modalidade diretiva, realizando o traço de modo *irrealis* em C_{fin} , e o efeito de obviação – como se depreende do contraste em *Eu_i disse para ____j sair do quarto/ Eu_i disse para ela_j sair do quarto*, em que a presença da preposição implica a referência disjunta, seja o sujeito lexical ou não.

O que os dados nos mostram é que há uma coincidência de uso obrigatório/ opcional da preposição complementadora com a transitividade do verbo. Verbos que selecionam complemento preposicionado exigem a mesma preposição complementadora como introdutora da oração infinitiva, a qual flutua geralmente com as preposições *de/ em*, enquanto verbos que não exigem complemento preposicionado tornam o uso da preposição complementadora opcional, como demonstram os dados em (30):

- (30) a. Eu defendi (do)/o voto ser aberto; eu defendi algo
b. Eu sugeri (de) ela vir aqui hoje; eu sugeri algo
c. Eu decidi de)/*em meu filho ir ali hoje; eu decidi algo
d. Eu me interessei *(de/em) meu filho abrir uma loja; interessei-me *(em) algo
e. Eu me surpreendi *(com/de/em) ela gostar da festa; eu me surpreendi*(com) algo

Existem, porém, casos em que a preposição obrigatória diante do complemento não oracional pode ser apagada diante da oração infinitiva, apesar de menos comuns, como em (31a-b):

- (31) a. Eu insisti (em/?de) nós falarmos com ela; eu insisti *(em) algo
b. Eu preciso (de) o carro estar aqui na hora; eu preciso *(d)isso

Desta forma, as preposições introdutoras de oração *de/em* parecem ter outros traços, além da marcação do efeito de obviação, já que (i) é possível o apagamento da preposição na referência disjunta quando o verbo não seleciona complemento preposicionado (cf. 30 a,b); (ii) a preposição aparece em contextos de correferência do sujeito, tanto em contextos no qual ele está manifestado lexicalmente na oração encaixada, como em (*Eu me interessei de eu abrir uma loja*), quanto naqueles em que não está, como em (*Eu me interessei em abrir uma loja*).

Desta forma, vê-se que a preposição tem tanto uma relação estreita com o verbo, já que existe a coincidência de usos, quanto com a oração já que se torna opcional quando o verbo não exige complemento preposicionado. Não é claro ainda, portanto, com que constituinte a preposição está mais diretamente ligada.

Diferente comportamento demonstra ter a preposição *para* quando funciona como complementadora de oração infinitiva. Como demonstra o exemplo em (28b), a preposição *para* só ocorre diante da oração infinitiva, já que o verbo ‘dizer’ não seleciona a preposição com o complemento DP/NP. Além desse exemplo, Salles (2007) apresenta os exemplos em (32a-b) com o verbo ‘querer’ na oração matriz, em que aparece a preposição *para*, mas essa preposição não é selecionada pelo verbo:

- (32) a. Os pais não querem pras filhas casar cedo, né...
b. Quer pra buscar no depósito?

Salles (2007) defende a ideia de que os casos em (32) se assemelham ao de (28b), pelo fato de a preposição *para* ser um marcador da modalidade *irrealis* em C, já

que existe a contraparte finita para todos esses casos, em que o verbo é flexionado no modo subjuntivo:

- (32) a. Eu disse para ela sair do quarto/ Eu disse a ela que **saísse** do quarto
b. Os pais não querem pras filhas casar cedo, né/ Os pais não querem que as filhas **casem** cedo
c. Quer pra buscar no depósito/ Quer que **busque** no depósito?

O que pode ser questionado a partir da análise de Salles (2007) é o fato de que as orações introduzidas pelas conjunções *de/em* também podem apresentar a contraparte finita, como se pode observar nos exemplos em (33), e em todos eles o verbo se flexiona no subjuntivo:

- (33) a. Eu tenho receio de/em ele ir ao convento/ Eu tenho receio (de) que ele **vá** ao convento
b. Estou surpreso de/ em ele ir a tua festa / Eu estou surpreso (de) que ele **vá** a tua festa
c. Maria está esperançosa de/ em elas alcançarem o melhor lugar/ Maria está esperançosa (de) que elas **alcancem** o melhor lugar

Ademais, tais construções não licenciam a preposição *para*:

- (34) a. *Eu tenho receio para ele ir ao convento.
b. *Eu estou surpreso para ele ir a sua festa
c. ?Maria está esperançosa para elas alcançarem o melhor lugar

Desta forma, pode-se concluir que a distribuição da preposição *para* e da preposição *de* e *em* se dê por outro(s) motivo(s) além da codificação da modalidade. Salles (2007) ainda demonstra que o uso da preposição *para* tem se estendido para outros contextos, como em (35):

- (35) a. Minha filha convidou **pra** moça morar com ela.
b. Quando minha mãe estava esperando **pra** mim nascer.

c. Não me lembrei **pra** mim pedir meu pai pra te mostrar.

d. Me esforço **pra** mim tirá meu diploma.

A autora argumenta que a construção em (a) pode ser comparada à construção do tipo (28b), *Eu disse para ela sair do quarto*, com o verbo ‘dizer’ na oração matriz, em que é possível uma contraparte com controle do objeto *Minha filha convidou a moça_i [para [___i morar com ela]/ Eu disse a ela_i [para [___i sair do quarto]]* .

Quanto à oração em (b), existe a contraparte finita – *estava esperando que eu nascesse* – e não existe a contraparte finita da construção com controle, embora uma configuração de controle de objeto seja possível com a oração infinitiva – *?estava me_i esperando [___i chegar]*. A autora ainda observa que a construção (b) pode ser comparada à construção *Meu partido vai defender do voto ser aberto*, já que em ambas as preposições *para/de* marcam o efeito de obviação licenciando a referência disjunta.

As duas últimas construções (c, d), de acordo com Salles (2007), parecem ser inovações no PB, já que apresentam a estrutura preposicionada com sujeito oblíquo correferencial manifesto, a qual pode ser comparada à construção *disse para mim tirar o diploma*, em que o pronome oblíquo sujeito é também regido pela preposição *para*.

É interessante observar que em todas as construções em que a preposição *para* introduz a oração infinitiva, marcando, por hipótese, o efeito de obviação e a modalidade *irrealis*, está presente a semântica de finalidade, denotada pelas propriedades lexicais da preposição *para*. Supõe-se que essa propriedade permite que a preposição *para* ocorra como regente da oração finita, por hipótese em uma posição sintática acima de CP:

(36) a. Eu disse para Maria fazer isso/ Eu disse a Maria *para fazer isso*/ Eu disse a Maria (*para*) *que fizesse isso*.

b. Daniel pediu para ele ir embora/ Daniel pediu a ele *para ir embora*/ Daniel pediu a ele (*para*) *que fosse embora*

c. Quando minha mãe estava esperando pra mim nascer/ Quando minha mãe estava me esperando *pra nascer*/ me esperando (*para*) *que eu nascesse*

d. não me lembrei pra mim pedir meu pai pra te mostrar/não me lembrei de pedir *para o meu pai te mostrar/ de pedir (para) que meu pai te mostrasse*

e. Maria convidou pra moçar ficar com ela/ Maria convidou a moça *para ficar com ela/ Maria convidou a moça *(para) que ficasse com ela*

As construções em que a preposição *para* introduz o complemento oracional infinitivo de *querer* parecem ter também um correlato em que uma oração adverbial final manifesta uma posição de sujeito controlada pelo DP na posição de objeto da matriz, como nos exemplos a seguir:

(37) a. Eu quero ela_i [pra ____i me ajudar hoje aqui] > Eu quero pra ela me ajudar aqui

b. Maria quer você_i [pra ____i casar com ela] > Maria quer pra você casar com ela

Desta forma, o sistema gramatical do PB permite que os verbos que admitem um complemento com a preposição *para* manifestem essas construções de duas maneiras: ou com *para* na posição canônica de regente da oração subordinada finita, ou na posição C_{fin}, por hipótese, o *locus* das preposições introdutoras de orações infinitivas. É possível pensar também em um tipo de reanálise da preposição *para* em CP, isto é, tendo como hipótese que o verbo da oração matriz seleciona canonicamente uma preposição.

Embora haja muitos casos de flutuação da preposição introdutora da oração infinitiva, em relação a (28a), não estamos certos quanto a se a troca da preposição ‘de’ por ‘para’, como em *Meu partido vai defender do/ pro voto ser aberto* é uma paráfrase. Uma possível interpretação da oração introduzida por ‘para’ é a de que o verbo ‘defender’ inclui um argumento interno implícito e a oração introduzida por *para* ocorre em posição de adjunção – *o partido vai defender ‘algo’ para que o voto seja aberto*.

As questões finais a serem discutidas em relação às preposições introdutoras de oração infinitiva são o porquê de haver coincidência entre nomes/ verbos que exigem

preposição também exigirem preposição quando o complemento é oracional, sendo que o estatuto da preposição nos dois contextos é diferente, e o fato de se poder ter orações em que a preposição é opcional ou possivelmente nula, com verbos que não exigem preposição quando seguidos de NP/DP. Existe preposição nula nesses contextos?

Ademais, é interessante questionar-se quanto a se a preposição introdutora de oração infinitiva licencia apenas orações na função de complemento ou se pode licenciar qualquer outra função sintática oracional. Como observado, existem exemplos em português de preposição introdutora de orações subjetivas infinitivas, conforme ilustrado no contraste em (21). Entretanto, seria esse um processo de ampliação do uso da preposição ou a preposição já viria do léxico como licenciadora de qualquer oração infinitiva?

No capítulo 4, trataremos das questões acima referidas e buscaremos sistematizar as conclusões alcançadas neste estudo a respeito das preposições introdutoras de orações infinitivas.

CAPÍTULO 4

Considerações finais: sistematização dos resultados e caminhos para pesquisa futura

Como demonstrado no capítulo anterior, evidências apontam para a distinção entre preposições funcionais que marquem Caso e preposições funcionais que não marquem Caso, algo que não foi discutido nem observado na Teoria do Caso formulada por Chomsky (1981, 1986), nem nos estudos de autores como Raposo (1987); Kayne (2000); Nunes (2008), entre muitos outros que investigam as propriedades morfossintáticas e semânticas dessas categorias.

Tal contraste se baseia no fato de que a preposição que introduz a oração infinitiva se comporta de maneira diferente da preposição que encabeça DPs/NPs, conforme amplamente demonstrado nos capítulos anteriores. A diferença está no fato de que o contexto de oração infinitiva permite flutuação da preposição e o segundo contexto é fechado a flutuações preposicionais. Desta forma, convém investigar o porquê de haver essa discrepância e possivelmente daí conceituar o estatuto da preposição funcional – como marcadora de Caso ou não.

Partimos do estudo de Machado (2012), que observa que os infinitivos em orações encaixadas examinados neste trabalho se comportam como verbo, tomando por base a classificação de Baker (2005). Na medida em que verbos não necessitam de receber Caso, o autor conclui que a preposição funcional não carrega esse tipo de traço quando inserida na oração encaixada.

Entretanto, em consonância com o que propõe a Teoria do Caso, a preposição que introduz a oração é infinitiva é **obrigatória**, quando a oração é selecionada por um nome ou adjetivo, e **opcional** ou **não ocorre**, quando antecedida de verbo. Vê-se, portanto, uma coincidência de uso da preposição quando a preposição já é selecionada pelo quando seguida de NPs/DPs, como observado em (1):

- (1) a. interessado em algo/ interessado *(em)/*(de) fazer algo
b. interesse em algo/ interesse *(em)/*(de) fazer algo
c. feliz com isso/ feliz *(em)/*(de) ver você
d. sorte em algo/ sorte *(em)/*(de) jogar

Ao passo que, quando o verbo não exige preposição introdutora de NP/DPcomplemento, a preposição introdutora da oração infinitiva pode ser opcional (cf. 2a-c), e quando o verbo seleciona NP/DP introduzido por preposição obrigatória (cf. 2d-f), a preposição introdutora da oração infinitiva é também opcional (com alguma deterioração, em alguns casos) – embora haja flutuação no contexto infinitivo em todos os casos:

- (2) a. decidir algo; decidir (de) fazer algo
b. resolver algo; resolver (de/?em) fazer isso
c. rezear algo; rezear (de/em) fazer isso
d. pensar *(em) algo; pensar (em/de) fazer isso
e. se interessar *(em) algo; se interessar ?(em/de) fazer isso
f. concordar *(com/ n)isso/ concordar ?(com/de/em) fazer isso

Desta forma, uma conclusão deste estudo é reconhecer que a preposição além de ser requisito da oração infinitiva, também parece ter estreita ligação com a classe de palavra que a seleciona.

Uma forma de analisar essa questão é supor que as categorias N e A selecionam um complemento necessariamente introduzido por preposição em virtude de um critério formal/ funcional da língua, que não seja apenas ligado à marcação de Caso. Desta forma, o fato de a preposição ser exigida em ambos os contextos é uma coincidência interessante, no sentido de levar ao questionamento quanto a se há um mesmo fenômeno, que determina essa coincidência, ou se são dois fenômenos, provenientes de duas causas/ condições distintas. É interessante observar que, mesmo nos casos em que há marcação de Caso, a preposição cumpre o papel de

complementizador/ conectivo, como em (i) ‘casa de *Maria*’, ‘surpreso com *fantasmas*’, ‘parede de *tijolo*’, ‘construção da cidade’.

O inverso, porém, não se aplica, pois, de acordo com a presente análise, orações infinitivas não são marcadas por Caso, já que nesse contexto o infinitivo é um verbo (e não um nome), o que leva à conclusão de que a preposição introdutora da oração infinitiva não tem propriedades de Caso, embora manifeste o papel de complementizador. Conforme observado, a diferença parece residir no fato de que o contexto de marcação de Caso é menos aberto a flutuações, enquanto o contexto de complementação oracional, em que, por hipótese, não há marcação de Caso, é mais aberto a flutuações. Diante disso, pode-se supor que a complementação nominal de a preposição marcadora de Caso é determinada no léxico.

Desta forma, cumpre também indagar por que os verbos apresentam um padrão distinto, em relação a N e A. Essa discussão é bastante produtiva e tem sido abordada em inúmeros estudos, ficando ainda como estímulo para estudos posteriores. Entretanto, pode-se retomar algumas análises: os trabalhos de Kayne (2005) e Cançado (2005), por exemplo, a respeito da natureza do complemento preposicionado exigido pelos verbos nos levam a caminhos interessantes de análise.

Para Kayne (2005), os verbos que admitem um chamado ‘complemento preposicionado’ escondem um NP nulo, sendo este o verdadeiro argumento do verbo, enquanto o complemento preposicionado é um PP adjunto. O autor corrobora essa ideia ao comparar os complementos preposicionados de verbos com PPs adjuntos, em inglês, e observar que se comportam de maneira idêntica, em oposição aos complementos ‘diretos’ (não preposicionados): complementos PPs, mas não complementos DPs, podem ser separados do verbo por advérbios, como em *Mary depends very much on David* /**Mary likes very much David/ him*; verbos como *supply*, que admitem dois argumentos/ complementos internos, permitem que qualquer dos argumentos seja introduzido por preposição, entretanto somente um pode ser preposicionado *Chris supplied medicine to the refugees*, *Chris supplied the refugees with medicine*, **Chris supplied to the refugees with medicine* (ver Baker, 2005). Desta maneira, o autor não considera que existam os chamados complementos preposicionados (retirando-se dessa

lista o Caso dativo). O que há, segundo o autor, é um argumento nulo na posição de complemento, que licencia o PP adjunto, que parece funcionar como complemento.

Cançado (2005) apresenta uma ideia bastante similar, no sentido de que, para a autora, também não existem complementos preposicionados e que esses sintagmas, também chamados de complementos relativos ou oblíquos, são resultado de antiga adjunção ou de alternância sintática, como demonstram os exemplos abaixo (retirados de Cançado (2005:25)):

- (3) a. Maria preocupa João > João (se) preocupa *com Maria* (alternância sintática)
b. João quebrou o vaso > O vaso foi quebrado *por João* (alternância sintática)
c. O mecânico aderiu a nova peça ao motor (diátese arcaica) > O mecânico aderiu ao motor
d. Ele apanhou socos dela (diátese arcaica) > Ele apanhou dela

Nessa lista, também entram verbos cuja diátese arcaica é mais difícil de recuperar, e que provavelmente apenas dicionários etimológicos podem revelar, como *gostar* e *depende*. A partir dessas hipóteses, pode-se sugerir que a preposição complementadora seja uma exigência somente das categorias N e A, e não da categoria V, já que o argumento interno de V é, por hipótese, sempre um argumento não-preposicionado, isto é, um objeto direto.

É interessante observar, por extensão, os casos em que aparece a preposição introdutora de oração infinitiva. Como observado, em alguns contextos, a preposição é facultativa, e obrigatória quando selecionada por verbos psicológicos como *preocupar(-se)* e *surpreender(-se)*, em que ocorre a alternância sintática.

- (4) a. Eu decidi (em/de) ir lá hoje
b. Eu sugeri (em/?de) propor uma festa para amanhã.
c. Maria receia (em/de) caminhar sozinha à noite.
d. Daniel se preocupa *(em/de) ser uma pessoa melhor
e. Ele se surpreendeu *(em/de) ser recebido com tanta pompa.

Descritivamente, a exigência da preposição introdutora de oração infinitiva nos exemplos (4d-e) pode, por hipótese, ser relacionada à exigência da preposição em contexto alternância sintática, como mostra Cançado (2005). A alternância sintática com verbos psicológicos caracteriza-se pela realização do argumento *tema* na posição de sujeito ou na posição de complemento de preposição, como em (i) (*Com/em/de) *ser uma pessoa melhor/ Isso preocupa Daniel*; (ii) *Daniel se preocupa *(com/ em/ ?de) ser uma pessoa melhor/ *(com) isso* (cf. Naves 2005, para estudo detalhado sobre tais propriedades no PB). É interessante notar que o uso pronominal do verbo psicológico ‘se’, na variante (ii), indica que a posição de objeto está ocupada, o que torna o PP uma categoria externa à relação V + DP. Dessa forma, é possível dar conta da obrigatoriedade da preposição – diante do argumento DP/NP e da oração infinitiva.

Ademais, cumpre investigar se a falta de preposição em complementos verbais realizados por infinitivo esconde uma preposição nula ou não. Esse é um questionamento levantado por Kayne (2005) e que serve como importante base para estudos futuros. É importante observar, com base nos exemplos (21) do capítulo 3, retomados em (5), que a preposição introdutora de oração infinitiva é de fato complementadora, isto é, introduz apenas orações cujo estatuto seja o de complemento (ergativo) (5b(i-ii)) – sendo rejeitada em contexto em que realiza a função de sujeito (5a(i/ii)). Em dados como (22), repetidos em (6a-b), defendemos que a preferência pelo uso da preposição está associado à ordem posposta, diante da tendência do português brasileiro de manifestar o padrão (S)VO. É possível pensar, como dito no capítulo anterior, numa interpretação para o dado (5a,i) com a preposição *de*, ao considerar a oração *de procurá-lo* como complemento do nome *risco*.

- (5) a. i (*De) *procurá-lo comporta risco*
 ii. *Comporta risco *(de/em) procurá-lo.*
 b. i. *Não lhe foi pedido (para) ficar.*
 ii. *(Para) ficar (creio que) não lhe foi pedido*
 (6) a. *É muita cara de pau dele vir aqui hoje.*
 b. *É audácia demais dela achar que é dona de casa.*

Por conseguinte, a preposição funcional, além de marcadora de Caso, carrega traços de complementador, ora marcando Caso, ora fazendo as vezes de

complementador, ora exercendo as duas funções. Muitas questões ainda devem ser observadas para entender a verdadeira natureza da preposição complementadora e qual a ligação entre a preposição e as categorias N e A, além da marcação de Caso. Tais estudos são um convite a pesquisas e estudos futuros.

Ademais, Salles (2007) observa que “a reanálise da preposição selecionada pelo verbo como complementadora se mostra natural em uma abordagem que prevê um papel funcional para essa categoria no licenciamento sintático do complemento”. Esse comentário refere-se crucialmente aos contextos em que a preposição *para* é introdutora da oração infinitiva, e codifica, segundo a análise proposta, a modalidade *irrealis* e o efeito de obviação na periferia da oração (no núcleo C_{fin}), como em *Disse para ela sair*.

Nesse contexto, a preposição é obrigatória, em oposição ao contexto finito, como em *Disse (para) que ela saísse*, em que o traço *irrealis* é realizado morfologicamente pela flexão do verbo no modo subjuntivo, sendo, portanto, codificado no nível de TP (na relação com CP).

A preposição *para*, inserida no contexto finito, é realizada, portanto, acima de CP, já que o complementador *que* ocupa o núcleo $C_{força}$. A reanálise de *para* na posição de C_{fin} é associada hipótese de que a oração infinitiva introduzida por *para* (com sujeito lexical encaixado) é uma construção inovadora no português brasileiro (cf. Salles 2009).

Nos demais casos, em que foi demonstrado que pode haver elipse ou flutuação de preposição, não é possível atribuir um papel fixo na codificação dos traços citados, mas é possível reter a ideia de que a preposição é uma categoria funcional, associada à lexicalização do ponto de adjunção, ou do núcleo sintático que introduz um constituinte adjungido ao VP, conforme análise de Kayne (2005) e Cançado (2005).

Finalmente, é importante também destacar os casos em que a oração infinitiva é introduzida pela preposição ‘de’, a qual é obrigatória e não permite flutuação (Machado, 2010):

(i) estruturas com o verbo de ligação, em geral o verbo ‘ser’, ligada a um adjetivo predicativo, com a oração infinitiva introduzida por meio da preposição ‘de’, em que se

depreende uma leitura passiva e de impessoalidade para o predicado matriz – também referida na literatura como estruturas ‘easy to please’:

(7) a. Isso é fácil de fazer

b. A prova foi fácil de fazer

(ii) nomes que não possuem natureza transitiva, mas ocorrem com uma oração infinitiva introduzida pela preposição ‘de’:

(8) a. Chegou minha hora de ir

b. Chega desse negócio de dizer besteira!

Por fim, destacamos que o estudo das preposições em contextos de oração infinitiva precisa ser mais explorado no campo da linguística, bem como o estudo da natureza das preposições, a fim de que se tenha uma compreensão mais ampla de quais traços a preposição carrega no sistema da língua e o papel que ela exerce nesse sistema.

No escopo do presente estudo, é inegável o estatuto funcional das preposições introdutoras de orações infinitivas, o que confirma a intuição dos estudos tradicionais de que a preposição é uma categoria relacional, responsável por marcar a relação regente-regido. Tomando por base o quadro teórico gerativista, foi possível identificar propriedades formais associadas à natureza dessa relação no que se refere o tipo categorial de termo regente (N e A, versus V), ao tipo categorial do termo regido (DP/NP versus oracional), ao estatuto sintático da oração infinitiva (subjativa *versus* completiva *versus* adjunto), às características semânticas da oração (*modalidade*) e do sujeito encaixado (correferencial ou de referência disjunta com o sujeito da matriz), entre outros aspectos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, Manuel Said. *O purismo e o progresso da língua portuguesa*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/79684577/Said-Ali-O-purismo-e-o-progresso-da-Lingua-Portuguesa>
- _____. *Gramática secundária da Língua Portuguesa*. Cia. Melhoramentos de São Paulo, [s/d.].
- BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BAKER, M. (2005). *Lexical Categories*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRITO, Ana Maria. *Gramática: história, teorias e aplicações*. Porto. Fundação Universidade do Porto, 2010.
- CÂMARA JUNIOR, João Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Editôra Vozes, 1970.
- CANÇADO, Márcia. *Argumentos: Complementos e Adjuntos*. Alfa, São Paulo, 53 (1): 35-59, 2009
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Funcionalismo e a gramática do português brasileiro*. In *Funcionalismo linguístico Novas tendências teóricas*, São Paulo, Editora Contexto, 2012.
- CINQUE, Guglielmo. *Types of A-Dependencies*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: The MIT Press, 1965.
- _____. *Lectures on Government and Binding*. 5th ed. Holland, Foris Publications, 1981.
- _____. *Knowledge of language. Its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.
- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
- FANG, A. C. *A lexicalist approach towards the automatic determination for the syntactic functions of prepositional phrases*. *Natural Language Engineering*, 6(2): 183-20., 2000.
- CORBALLIS, Michael. *From Hand do Mouth: the gestural origins of language*. In: CHRISTIANSEN, Morten e KIRBY, Simon. (eds.) *Language Evolution*, Oxford/New York: Oxford Univ. Press, 2003.

CROFT, William. *Syntactic categories and grammatical relations*. Chicago, University of Chicago Press, 1991.

EMONDS, J.E. *A Unified Theory of Syntactic Categories*, Dordrecht, Foris, 1985.

EVERETT, Daniel & KERN, Barbara. *Wari: the Pacaas Novos language of western, Brasil*, 1997.

FREITAS, Regina Celia Pereira Werneck. *O léxico gramatical e sua semântica na gramática de linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira*. UFRJ. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno07-13.html>

FROUD, K. *Prepositions and the lexical / functional divide: aphasic evidence*. *Lingua*, 111, 1-28, 2001.

GURPILHARES, Marlene Silva Sardinha. *As bases filosóficas da gramática normativa: uma abordagem histórica*, 2004.

GRIMSHAW, Jane. *Extended projection*. Brandeis University, Waltham Mass, 1991. (não publicado)

GROUSSIÉ, Marie-Line. *Prépositions et primauté du spatial: de l'expression de relations dans l'espace à l'expression de relations non-spaciales*. *Faits de Langue* 9: 221-234, 1997.

HALE, K. & KEYSER, S.J. *On argument structure and the lexical expression of grammatical relations*, em K. Hale and S. J. Keyser (eds.), *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, Cambridge, MA: MIT Press, 53–110, 1993.

HALLIDAY, Michael. *Notes on transitivity and theme in English*. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v.2, 1997.

HEINE. B. *Cognitive foundations of grammar*. Oxford. Oxford University Press, 1997.

HORNSTEIN, Norbert & LIGHTFOOT, David. *The logical problem of language acquisition*. Londres, Longman, 1981.

JACKENDOFF, Ray; BLOOM, Paul e WYNN, Karen (eds.). *Language, Logic, and Concepts – essays in memory of John Macnamara*. Cambridge/London: MIT Press, 1999.

JUNIOR, Eduardo Diório. *Preposições no português brasileiro: um estudo frequencial*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Dissertação (Mestrado em Linguística), 2002.

KAYNE, R. *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris, 1984.

_____. *Parameters and Universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KOOPMAN, H. & SPORTICHE, D. *The position of subjects*, *Lingua* 85, 211–58, 1991.

LARSON, R. K. *On the double object construction*, Linguistic Inquiry 19, 335–91, 1988.

LIGHTFOOT, D. *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991.

LITTLEFIELD, H. *Developmental Patterns in the Acquisition of Prepositions and Homophonous Adverbs and Particles*. Unpublished manuscript. Boston University, 2003.

LOBATO, Lúcia M. P. *Sintaxe gerativa do português: da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MAIA, Marcus. *Sintaxe Experimental*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, D.B. O estatuto da preposição em complementos oracionais e não-oracionais. Trabalho de final de curso, Universidade de Brasília, 2010.

_____. *Infinitivo: categoria nominal ou verbal*. Anais CELSUL, Cascavel, Paraná, 2012.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editorial, 2003.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, UFRJ, 1996.

NAVES, Rosana Reigota. *Alternâncias sintáticas: questões e perspectivas de análise*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. Texas, Hucitec, 1987.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

_____. *Gramática: teoria, análise e ensino*. São Paulo. UNESP. 2002.

NUNES, Jairo. *Preposition Insertion in the Mapping from Spell-out to PF*, 2008. Disponível em: <http://www.ling.uni-potsdam.de/lip/28/LIP28-5nunes.pdf>, acessado em 9 de novembro de 2012.

OUHALLA, Jamal. *Introducing transformational grammar- from rules to principles and parameters*. Great Britain: British Library, 1994.

OLIVEIRA, Luis Roberto Peel Furtado. *Téchne grammatiké-a base da teoria gramatical*. Anais do X Congresso de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro, 2011.

POGGIO, Rosaura Maria Galvão Fagundes. *Aspectos da gramaticalização na história das preposições do latim ao português*, UFB. Disponível em: http://www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no2_05.pdf.

RADFORD, Andrew. *A Minimalist Introduction*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

RAPOSO, E.P. Romance Infinitival Clauses and Case Theory . In *Studies in Romance Languages*, ed. C Neidley & R.A Nunez- Cedño, pp. 237- 249. Dordrecht: Foris.

_____. *Case theory and Infl-to-Comp: the inflected infinitive in European Portuguese*. *Linguistic Inquiry*, 18(1), pp. 85-109, 1987.

RIZZI, Luigi. *The fine structure of the left periphery*. In Haegeman, L. *Elements of Grammar: Handbook of Generative Syntax*. Dordrecht: Kluwer, p. 281-337

ROBINS, R.H. *Pequena História da Linguística*. Trad. do Prof. Luiz Martins M. de Barros. Rio de Janeiro, Livro Técnico S/A, 1979.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. *Preposições essenciais do Português*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1992.

_____. *Preposições complementadoras: distribuição e propriedades sintático-semânticas*. Encontro Nacional do GT-Teoria da Gramática da ANPOLL, 2007, UnB. Em: www.reocities.com/gt_teor_da_gramatica/index_arquivos/download/HSalles.pdf, acessado em 9 de novembro de 2012.

_____. *Para/ For infinitives in Brazilian Portuguese and English: Similarities and Contrasts in the Grammatical Encoding of Modality*. In Tsangalidis, A. & R. Facchinetti, (org) *Studies on English Modality: in honour of Frank Palmer*. Peter Lang, Bern, 2009, pp. 157-180, 2009.

SANTOS, P.P.F.M.S. *Epistemologia Cognitiva para o Uso de Preposições – o caso da preposição de*, Minas Gerais, UFMG, Tese de Doutorado, 2007.

STARKE, M. *Notes on Prepositions and Clause-Structure*. Mini-Memoire, 1993

TARALLO, Fernando. *Tempos Linguísticos. Itinerário histórico da Língua Portuguesa*. São Paulo, Ática, 1990.

WEEDWOOD, Barbara. *História Concisa da Linguística*, São Paulo, Parábola Editorial, 2002.

WILLIAMS, E. B. *Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC [Tradução de Antônio Houaiss], 1961.